

Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo

Reuniões Ministeriais Setoriais

2006



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Índice

Relatório	3
Calendário de Reuniões da Conferência Ibero-Americana	13
Participação nas Reuniões Ministeriais Setoriais	16
Quadro estatístico	17
Notas ao Quadro estatístico	18
Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais da X à XVI Cúpula	19
Quadro da Conferência Ibero-Americana	27
Fichas Técnicas e Declarações Finais	
Administração Pública e Reforma do Estado	33
Cultura	37
Educação	43
Energia	51
Infância e Adolescência	55
Justiça	63
Juventude	79
Meio Ambiente	87
Presidência e Equivalentes	99
Saúde	103
Turismo	109
Habitação e Desenvolvimento Urbano	115
Segurança Social (nível técnico)	119

Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo Reuniões Ministeriais Setoriais *Relatório 2006*

As diversas Reuniões Ministeriais Setoriais (RMS) realizadas ao longo do ano¹, previamente a cada edição da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, confirmam a vocação de cooperação que caracteriza a Conferência Ibero-Americana.

A Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), nos termos do artigo 2 de seus Estatutos², alíneas b), c) e d), ocupa-se, juntamente com a Secretaria Pro Tempore³, da preparação dessas reuniões, a elas assiste e guarda-lhes a memória histórica, mediante a elaboração de relatórios e a custódia das respectivas Declarações finais.

O presente documento expõe o desenvolvimento das RMS em 2006 e inclui, além do resumo geral abaixo, as respectivas fichas técnicas e Declarações

¹ Ver Quadro Histórico à página 19.

² b) Apoiar a Secretaria Pro-Tempore na preparação das Reuniões Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo; c) Colaborar com a Secretaria Pro-Tempore e com o país anfitrião quando necessário na preparação, coordenação e acompanhamento das Reuniões Ministeriais Setoriais; d) Desempenhar, em coordenação com a Secretaria Pro-Tempore, as funções de relator nas Reuniões Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo, nas Reuniões de Ministros das Relações Exteriores e nas Reuniões Ministeriais Setoriais.

³ A Secretaria Pro-Tempore cabe ao país sede da Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

Finais. Como informações complementares, constam o Calendário da XVI Conferência Ibero-Americana, bem como quadros estatísticos de comparecimento às RMS naquele ano, histórico das RMS celebradas desde 2000 e quadro ilustrativo da estrutura da Conferência. Informações adicionais estão à disposição dos interessados na Secretaria-Adjunta da Secretaria-Geral Ibero-Americana, SEGIB (www.segib.org).

Em 2006, foram celebradas 12 reuniões setoriais de nível ministerial, a maior parte delas no Uruguai (país sede da XVI Cúpula), e uma técnica, a seguir descritas de forma resumida e em ordem cronológica⁴.

1) VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado. Convocada anualmente, tem como secretaria técnica o Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD). Em 2006 reuniu-se em Montevideu (Uruguai), ocasião em que aprovou o Código Ibero-Americano de Bom Governo, que procura promover o fortalecimento institucional dos Estados Ibero-Americanos. Decidiu também pela criação da Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas, cujo objetivo é o reforço da capacidade governamental e da qualidade da gestão pública. Ambas as iniciativas foram contempladas na Declaração Final da Cúpula de Montevideu (XVI).

2) XVI Conferência Ibero-Americana de Educação. A secretaria técnica desta reunião está a cargo da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). Suas sessões, anuais, habitualmente contam com a participação, na qualidade de convidados especiais, de representantes de outros organismos internacionais e entidades afins. A XVI Conferência foi realizada em Montevideu, em torno de três temas originados de mandatos da Declaração da Cúpula de Salamanca (XV): a alfabetização, o Espaço Ibero-Americano do Conhecimento (EIC) e a troca da dívida por investimentos em educação. Acolhendo as propostas desta RMS, os Chefes de Estado e de Governo,

⁴ Ver Calendário da Conferência à página 13.

reunidos em Montevideu na XVI Cúpula, aprovaram o “*Plano Ibero-Americano de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos*”; declararam 2007 como “*Ano Ibero-Americano da Alfabetização*”; determinaram a elaboração de plano estratégico do EIC, articulado em torno do ensino superior, pesquisa e desenvolvimento; acordaram promover, nesse âmbito, programa de mobilidade acadêmica, objeto de estudo encomendado à SEGIB; estimularam a disseminação das práticas de troca de dívida por investimentos em educação e solicitaram à SEGIB a recopilación de experiências exitosas nessa área entre países ibero-americanos. A reunião ministerial de Educação também se pronunciou sobre a necessidade de integrar, de forma transversal, na cooperação ibero-americana, a perspectiva indígena, a afro-descendente e o enfoque de gênero; sobre a reestruturação do Programa Televisão Educativa Ibero-Americana (TEIB) e sobre a criação de um órgão de gestão integrado pelos ministros de educação ibero-americanos, em prol da convergência para uma televisão educativa e cultural.

3)IX Conferência Ibero-Americana de Cultura. A Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) coordena e exerce a secretaria técnica desta reunião anual, a que também assistem, como convidados especiais, representantes de organismos afins. Na de 2006, realizada em Montevideu, aprovou-se o projeto da Carta Cultural Ibero-Americana, formulado em reunião técnica prévia com base no Anexo à Declaração de Salamanca (XV) e posteriormente adotado na Cúpula de Montevideu (XVI) como “*como um passo em direção ao reconhecimento da cultura como fator de integração de nosso espaço ibero-americano*”. Os Chefes de Estado e de Governo acolheram igualmente duas outras propostas da RMS de Cultura: o lançamento do programa IBERCENA, o primeiro no âmbito das artes cênicas, destinado a promover a diversidade cultural ibero-americana, e a elaboração de estudo, confiado à SEGIB, OEI e Fundo Indígena, sobre a criação de um Instituto Ibero-Americano de Línguas Nativas. Como contribuição para o espaço cultural comum ibero-americano, esta RMS recomendou a proclamação de 2008 como Ano Ibero-Americano dos Museus. A OEI e a SEGIB também receberam dos Ministros o encargo de elaborar um diagnóstico sobre as diferentes iniciativas ibero-americanas de integração audiovisual, com vista à possível criação de um canal cultural ibero-americano.

4)VI Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo. Reunida em Colônia do Sacramento (Uruguai), a Conferência de Turismo debateu temas como o transporte de passageiros, a participação de emigrantes em atividades de promoção turística e o fortalecimento da Rede Ibero-Americana de Especialistas de Administrações Nacionais de Turismo. Em sua Declaração Final, transmitiu à XVI Cúpula a necessidade de se investir em infra-estruturas de transporte, de facilitar o deslocamento de passageiros mediante a harmonização e redução de tarifas, e de promover mecanismos para o investimento dos recursos provenientes das remessas de emigrantes no desenvolvimento do setor turístico. Manifestaram ainda seu apoio à criação do Instituto Ibero-Americano de Turismo, proposta esta acolhida pelos Chefes de Estado e de Governo.

5)VI Fórum Ibero-Americano do Meio Ambiente. Esta RMS reúne-se anualmente desde 2001 em capitais variadas, havendo a sessão coincidido com a sede da Cúpula em uma única oportunidade. Na edição de 2006, em Buenos Aires (Argentina), os trabalhos giraram em torno do que, no entender dos participantes, constituem as quatro questões chave para a gestão do meio ambiente no espaço ibero-americano: qualidade ambiental, recursos hídricos, diversidade biológica e mudança climática. Em sua Declaração Final, os Ministros recomendaram que a XVI Cúpula assumisse o compromisso de incorporar as exigências ambientais na agenda política e que, nesse sentido, adotasse “*gestão da água*” como assunto central da Cúpula seguinte. Acolhendo essa preocupação com o tema água, os Chefes de Estado e de Governo encomendaram à SEGIB a elaboração de projeto de cooperação ibero-americana destinado a criar um Fundo Ibero-Americano para o Acesso à Água Potável. Também encontrou eco na XVI Cúpula o compromisso dos Ministros da Energia com o desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente através do uso adequado dos recursos naturais.

6)I Reunião Ministerial Ibero-Americana de Energia. Convocada pela primeira vez, no âmbito da Conferência, esta reunião realizou-se em Montevidéu, com foco nas fontes de energia renováveis. Teve formato ampliado, permitindo-se assim que o diálogo ministerial fosse seguido de um foro aberto em que participaram organismos multilaterais, instituições acadêmicas, empresários, ONGs, peritos e agências internacionais, para debater a temática das fontes de

energia renovável e suas potencialidades nas vertentes eólica, micro-hidráulica, solar e de biomassa. Na Declaração final da Reunião Ministerial, registram-se, entre outros pontos, o compromisso renovado com as Metas do Milênio no tocante ao desenvolvimento sustentável, a segurança energética como condição para o desenvolvimento e a abundância de recursos energéticos na América Latina como fator de oportunidade e de responsabilidade para seus Governos. A fim de estimular o desenvolvimento tecnológico, esta RMS manifestou seu apoio à iniciativa de criar um Observatório Regional de Energias Renováveis e Uso Racional da Energia, com sede no Uruguai. Os Chefes de Estado e de Governo, reunidos na XVI Cúpula, ratificaram a determinação dos Ministros de intensificar esforços para incrementar oferta de fontes de energia renovável e a eficiência energética.

7)XV Conferência dos Ministros de Justiça dos Países Ibero-Americanos. Constituída por Tratado, esta Conferência tem secretaria própria. Reúne-se com periodicidade bienal, cabendo a sua Comissão Delegada o desenvolvimento dos trabalhos no período intermediário. A edição de 2006 da Conferência teve lugar nas Ilhas Canárias, em Las Palmas (Espanha), onde se discutiram os seguintes temas: os processos de reforma da justiça, as conclusões do Foro Ibero-Americano de acesso à justiça, a implantação adequada de novas tecnologias na infra-estrutura judicial, o crime organizado transnacional, a cooperação jurídica internacional e o tratamento integral da violência de gênero. A Declaração ministerial contempla, ainda, a consolidação da estrutura da Conferência, com exortação à plena ratificação de seu Tratado Constitutivo. Os trabalhos desta RMS foram reconhecidos pela Cúpula de Montevideú (XVI), que, a exemplo da XV Conferência, salientou o progresso da Rede Ibero-Americana de Cooperação Judicial (IberRede).

8)XI Foro Ibero-Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano. As reuniões anuais deste Foro coincidem, desde 1998, com as da MINURVI, entidade intergovernamental dos países da América Latina e do Caribe na área de desenvolvimento sustentável dos estabelecimentos humanos. Graças à prática de coordenação de atividades entre os dois organismos, o XI Foro Ibero-Americano e a Assembléia Geral da

MINURVI adotaram o mesmo tema central para suas reuniões, celebradas em Monte-vidéu: “*Migrações para um desenvolvimento sustentável*”. A Declaração do XI Foro refere-se à moradia como direito humano dos migrantes que merece reconhecimento no espaço ibero-americano. Aponta a necessidade de soluções habitacionais para os migrantes (incluindo a imigração e a repatriação), atendendo à integração territorial e à inclusão social das populações. Ao salientar a falta de estatísticas relativas ao aspecto habitacional das migrações, os Ministros propuseram a coleta e sistematização de informações para a elaboração de estudos específicos sobre moradia e desenvolvimento urbano no contexto migratório ibero-americano.

9) VIII Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros de Saúde. Reunida em Colônia do Sacramento, esta Conferência concentrou-se, em 2006, no tema migrações e saúde, em particular no que tange à migração dos profissionais da saúde, ao impacto dos fluxos migratórios sobre os sistemas de saúde dos países ibero-americanos e à constituição de grupo de trabalho para analisar o fenômeno migratório desse ponto de vista. Os Ministros reconheceram o trabalho das diversas redes ibero-americanas de saúde e manifestaram sua preocupação pelo número de vítimas de uma enfermidade curável como a tuberculose, principal causa de óbito das pessoas infectadas pelo HIV/Aids. Compartilhando essa preocupação, os Chefes de Estado e de Governo determinaram fosse estudado um Plano Global Ibero-Americano de Ação para deter a tuberculose, no âmbito da Iniciativa da ONU para 2006-2015, e solicitaram à SEGIB propor ações com a mesma finalidade. Endossaram, também, proposta desta RMS no sentido de que a saúde seja adotada como tema de uma futura Cúpula.

10) VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministras e Altos Responsáveis de Infância e Adolescência. Esta Conferência vem-se reunindo a cada ano desde 1999, com a participação de organismos internacionais como a UNICEF, a CEPAL e a OIT, o que enriquece sua sintonia com a agenda internacional. Desde 2004, realiza-se, previamente ao encontro dos Ministros, um foro com as ONGs, que apresenta suas conclusões à RMS. Em 2006 a Conferência teve lugar em Montevidéu, sobre o tema “*A migração e os seus efeitos sobre os*

direitos das crianças e adolescentes”. Entre os tópicos discutidos, figuram o combate às causas da migração de menores, a garantia e proteção dos direitos das crianças e adolescentes migrantes e a promoção da cooperação internacional em favor dos menores mais vulneráveis. O aporte desta RMS foi incorporado ao Compromisso de Montevideu sobre Migrações e Desenvolvimento, assinado como parte da Declaração da XVI Cúpula, com exortação à proteção dos direitos das pessoas menores de idade e a seu acesso à educação e à saúde, em igualdade de condições com os menores da sociedade de destino, independentemente de sua condição migratória.

11) Reunião Técnica Setorial de Segurança Social. Com a colaboração da Organização Ibero-Americana de Segurança Social (OISS), na qualidade de secretaria técnica, realizou-se, em Montevideu, reunião de nível técnico para avançar na redação do projeto do Convênio Ibero-Americano de Segurança Social. Objeto de mandato da XV Cúpula, o Convênio destina-se a assegurar os direitos de segurança social dos trabalhadores migrantes e suas famílias. A reunião examinou texto que acolhe as diretrizes da V Conferência Ibero-Americana de Ministros e Máximos Responsáveis de Segurança Social, celebrada em 2005, e incorpora os comentários recebidos dos Governos no ano seguinte. Não obstante o alto nível de consenso registrado em ata, constatou-se, na reunião técnica, a necessidade de novas consultas aos Governos, a fim de obter um acordo quanto ao texto definitivo, a ser apresentado na RMS de 2007 e elevado à XVII Cúpula Ibero-Americana em Santiago do Chile.

12) X Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América. Esta RMS opera com base em rede de três níveis: o ministerial (RIMPE-I), o de vice-ministros (RIMPE-II) e o técnico (RIMPE-III). Realizada em Cartagena das Índias (Colômbia), a Reunião de Ministros aprovou o programa anual da RIMPE, centrado no intercâmbio de experiências para análise dos desenhos institucionais e das práticas de gestão vinculadas à relação entre os Poderes Executivo e Legislativo; dos instrumentos e políticas públicas adotados pelos Ministérios da Presidência e órgãos equivalentes na coordenação e acompanhamento dos programas de Governo; da relação Governo-Sociedade Civil e dos formatos institucionais que esta assume. Esta RMS não emitiu Declaração Final própria-

mente dita, mas uma Ata de Acordos em que os Ministros destacam o apoio à IBERGOP (Escola Ibero-Americana de Governo e Políticas Públicas) como o programa cúpula de cooperação política.

13) XIII Conferência Ibero-Americana de Ministros de Juventude. Esta RMS realiza-se com frequência bienal, coincidindo com a Assembléia Geral da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), organismo que exerce sua secretaria técnica. Em 2006 reuniu-se em Havana (Cuba) e adotou como tema central da agenda o acompanhamento das metas do milênio (ODM) no que se refere à população jovem. Sua Declaração Final insta os Governos a continuarem trabalhando para alcançar tais objetivos e a ratificarem a Convenção Ibero-Americana de Direitos da Juventude. Entre outros temas, trata da igualdade de gênero, indígenas e afro-descendentes, juventude rural, voluntariado juvenil e processos de tutela e reeducação para os jovens em conflito com a lei. No tocante às migrações, os Ministros enfatizaram a necessidade de desenvolver instrumentos que permitam formular políticas conjuntas entre países emissores, receptores e de trânsito, onde o eixo central seja o respeito à dignidade humana. Acordou-se ainda nesta RMS a metodologia para a elaboração do Plano de Cooperação e Integração dos Jovens, encomendado pela Cúpula de Salamanca (XV), e a criação, no âmbito da OIJ, da Comissão Ibero-Americana de Juventude para o Desenvolvimento Sustentável do Meio Ambiente, com ênfase na água, para gerar, sob a presidência do México, plano de ação. Seguindo a decisão da Cúpula de Montevideú (XVI) no sentido de colaborar em prol do desenvolvimento econômico e social do Haiti, foi assinado, à margem dos trabalhos da RMS de Juventude, Convênio de Cooperação entre a SEGIB, a OIJ e a Secretaria de Estado da Juventude, Esportes e Ação Cívica daquele país.

Atuação da SEGIB

A SEGIB vem procurando aprofundar a inserção das Reuniões Ministeriais Setoriais no marco da Conferência Ibero-Americana⁵, mediante o acompanhamento permanente de cada uma, a identificação de sua possível convergência temática com outras reuniões e a exploração da sinergia entre os mandatos emanados da Cúpula e os trabalhos das RMS.

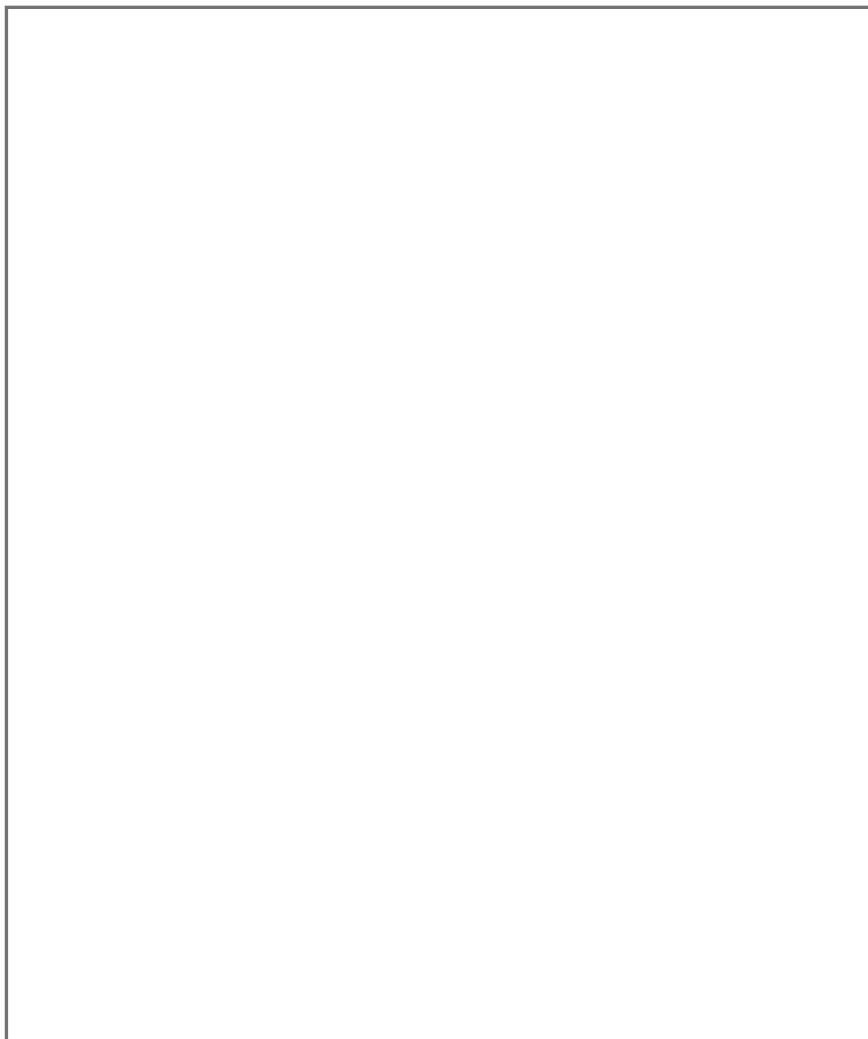
Com base na transparência, a pertinência e a horizontalidade, busca-se consolidar um mecanismo operacional que, desde a convocação das reuniões até o seguimento dos seus consensos, garanta o tratamento orgânico do processo e a participação no nível apropriado. Objetiva-se, nesse exercício: a) o incremento dos vínculos de cooperação no espaço ibero-americano; b) a construção de agendas em sintonia com os mandatos das Cúpulas; c) a elevação, à Cúpula, de propostas politicamente viáveis e de importante significado prático; d) a formulação, sempre que possível, de aportes concretos relacionados com o eixo temático a ser abordado pelos Chefes de Estado e de Governo em suas reuniões anuais⁶.

A fim de alcançar esses objetivos, a SEGIB, em constante e estreita colaboração com a Secretaria Pro Tempore, trabalha na articulação efetiva, assim como na circulação permanente e eficaz da informação, entre os Coordenadores Nacionais, as Secretarias Técnicas e demais instâncias envolvidas na organização e acompanhamento das Reuniões Ministeriais Setoriais.

⁵ Ver Quadro da Conferência Ibero-Americana à página 27.

⁶ Em 2006, cinco Reuniões Ministeriais (Saúde, Infância e Adolescência, Habitação e Desenvolvimento Urbano, Turismo, e Juventude) contemplaram, em maior ou menor grau, o tema "Migrações e Desenvolvimento" em suas esferas de atuação, tendo suas contribuições reconhecidas pelos Chefes de Estado e de Governo.

Calendário de Reuniões da Conferência Ibero-Americana



Calendário de Reuniões da Conferência Ibero-Americana

REUNIÃO	APOIO	MÊS	DIA	CIDADE	PAÍS
TRANSMISSÃO DA SECRETARIA PRO TEMPORE AO URUGUAI		FEV	13	MONTEVIDÉU	URUGUAI
I REUNIÃO DE COORDENADORES NACIONAIS E DE RESPONSÁVEIS DE COOPERAÇÃO		ABR	26-27	PUNTA DEL ESTE	URUGUAI
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE CHANCELERES E INAUGURAÇÃO DA SEDE DA SEGIB		MAIO	10	MADRID	ESPAÑHA
REUNIÃO TÉCNICA DE CULTURA (PREPARATÓRIA DA MINISTERIAL)	OEI	MAIO	22-23	STO. DOMINGO	REP. DOMINICANA
REUNIÃO TÉCNICA DE EDUCAÇÃO (PREPARATÓRIA DA MINISTERIAL)	OEI	MAIO	29-30	BUENOS AIRES	ARGENTINA
REUNIÃO MINISTERIAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REFORMA DO ESTADO	CLAD	JUN	22-23	MONTEVIDÉU	URUGUAI
REUNIÃO MINISTERIAL DE EDUCAÇÃO	OEI	JUL	12-13	MONTEVIDÉU	URUGUAI
REUNIÃO MINISTERIAL DE CULTURA	OEI	JUL	13-14	MONTEVIDÉU	URUGUAI
II REUNIÃO DE COORDENADORES NACIONAIS E DE RESPONSÁVEIS DE COOPERAÇÃO		SET	6-8	SANTIAGO DE COMPOSTELA	ESPAÑHA
REUNIÃO MINISTERIAL DE TURISMO		SET	7-8	COLÓNIA DO SACRAMENTO	URUGUAI
REUNIÃO MINISTERIAL DE MEIO AMBIENTE		SET	21-22	BUENOS AIRES	ARGENTINA
ALMOÇO DE TRABALHO DOS CHANCELERES		SET	22	NOVA IORQUE	ESTADOS UNIDOS
FORO PARLAMENTAR		SET	25-26	MONTEVIDÉU	URUGUAI
REUNIÃO MINISTERIAL DE ENERGIA	ONU/DI	SET	26-27	MONTEVIDÉU	URUGUAI

				CONFERÊNCIA / CÚPULA
				CONFERÊNCIA / SETORIAIS

Calendário de Reuniões da Conferência Ibero-Americana

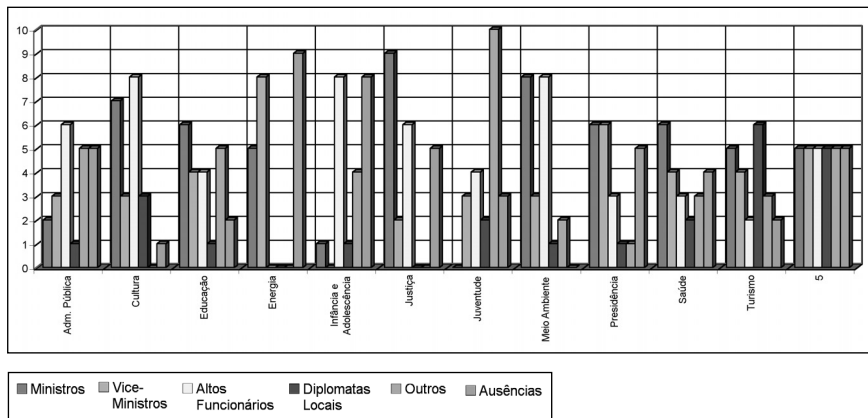
REUNIÃO	APOIO	MÊS	DIA	CIDADE	PAÍS
REUNIÃO MINISTERIAL DE JUSTIÇA		SET	28-29	ILHAS CANÁRIAS	ESPAÑHA
REUNIÃO MINISTERIAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	MINURVI	OUT	4-6	MONTevIDÉU	URUGUAI
REUNIÃO MINISTERIAL DE SAÚDE		OUT	5-6	COLÓNIA DO SACRAMENTO	URUGUAI
REUNIÃO MINISTERIAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		OUT	6-7	MONTevIDÉU	URUGUAI
REUNIÃO TÉCNICA DE SEGURANÇA SOCIAL		OUT	10-11	MONTevIDÉU	URUGUAI
REUNIÃO MINISTERIAL DE PRESIDÊNCIA		OUT	12	CARTAGENA DE ÍNDIAS	COLÓMBIA
REUNIÃO MINISTERIAL DE JUVENTUDE		OUT	19-20	HAVANA	CUBA
III REUNIÃO DE COORDENADORES NACIONAIS E DE RESPONSÁVEIS DE COOPERAÇÃO		NOV	1-2	MONTevIDÉU	URUGUAI
ENCONTRO CÍVICO		NOV	2-3	PIRIÁPOLIS	URUGUAI
ENCONTRO EMPRESARIAL		NOV	2-3	PUNTA DEL ESTE	URUGUAI
REUNIÃO DE CHANCELERES		NOV	3	MONTevIDÉU	URUGUAI
XVI CÚPULA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO		NOV	3-4-5	MONTevIDÉU	URUGUAI

		CONFERÊNCIA / CÚPULA
		CONFERÊNCIA / SETORIAIS

Participação nas Reuniões Ministeriais Setoriais - 2006

QUADRO ESTATÍSTICO

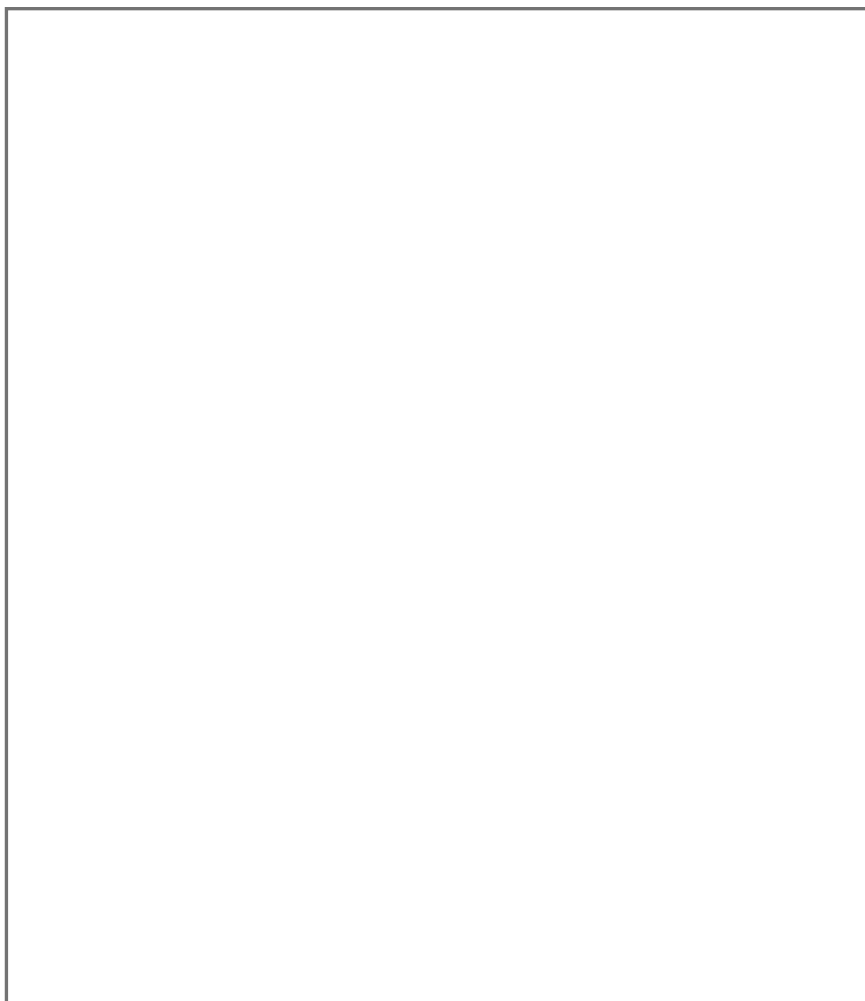
Reuniões	Ministros	Vice-Ministros	Altos Funcionários	Diplomatas Locais	Outros	Ausências
Adm. Pública	2	3	6	1	5	5
Cultura	7	3	8	3	0	1
Educação	6	4	4	1	5	2
Energia	5	8	0	0	0	9
Infância y Adolescência	1	0	8	1	4	8
Justiça	9	2	6	0	0	5
Juventude	0	3	4	2	10	3
Meio Ambiente	8	3	8	1	2	0
Presidência	6	6	3	1	1	5
Saúde	6	4	3	2	3	4
Turismo	5	4	2	6	3	2
Habitação e Urbanismo	2	3	4	4	4	5



Notas ao Quadro estatístico de participação nas Reuniões Ministeriais Setoriais

1. A análise baseia-se em um delegado por país (o chefe de delegação). Não se levou em conta o número de membros de cada delegação.
2. O número máximo de participantes por nível foi de 10, adotado como o número de corte da coordenada vertical. A base para as porcentagens é 22, correspondente ao total de países integrantes da Conferência Ibero-Americana.
3. Somente foram levadas em consideração as reuniões setoriais de caráter ministerial, não as técnicas nem as preparatórias.
4. O nível de participação é condicionado pelas distinções entre a composição das pastas ministeriais entre os 22 países. Em decorrência, reuniões como as de Juventude ou Infância e Adolescência refletem baixa participação de Ministros, uma vez que são poucos os países que contam com essas pastas.

Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais
da X à XVI Cúpula Ibero-Americana (2000/2006)



Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais da X à XVI Cúpula Ibero-Americana (2000/2006)

	2000 X Cúpula (Panamá)	2001 XI Cúpula (Peru)	2002 XII Cúpula (República Dominicana)	2003 XIII Cúpula (Bolívia)	2004 XIV Cúpula (Costa Rica)	2005 XV Cúpula (Espanha)	2006 XVI Cúpula (Uruguai)
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REFORMA DO ESTADO	III Conferência Ibero-Americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado (Panamá, junho)	IV Conferência Ibero-Americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado (Sto Domingo, junho)	V Conferência Ibero-Americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado. (Sto Cruz de la Sierra, junho)	VI Conferência Ibero-Americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado. (S. José, julho)	VII Conferência Ibero-Americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado. (Madrid, junho)	VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado. (Montevideú, junho)	
AGRICULTURA	V Foro Ibero-Americano de Ministros de Agricultura (Panamá, agosto)	VI Foro Ibero-Americano de Ministros de Agricultura (Sto Domingo, outubro)	VII Foro Ibero-Americano de Ministros de Agricultura (Tarija, setembro)			VIII Conferência Ibero-Americana de Agricultura (Santiago de Compostela, setembro)	
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	IX Conferência Científica do Programa CYTED (México – México, dezembro)	X Conferência Científica do Programa CYTED (Sto. Domingo, junho)	Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia da Comunidade Ibero-Americana e VIII Conferência Científica do Programa CYTED (Panamá, maio)	Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia da Comunidade Ibero-Americana e VIII Conferência Científica do Programa CYTED (Sto. Domingo, setembro)	A Reunião Científica ¹ deu origem a uma Declaração de Ministros Ibero-Americanos de Ciência e Tecnologia que foi elevada à Cúpula da São José.		
CULTURA	V Conferência Ibero-Americana de Cultura (Lima, novembro)	VI Conferência Ibero-Americana de Cultura (Sto. Domingo, outubro)	VII Conferência Ibero-Americana de Cultura (Cochabamba, outubro)	Reunião de Altos Funcionários de Assuntos Culturais (São José)	VII Conferência Ibero-Americana de Cultura (Córdoba, junho)	IX Conferência Ibero-Americana de Cultura (Montevideú, julho)	

¹ Esta reunião ministerial deixou de ser convocada e passou-se a convocar a denominada Reunião Científica anual.

Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais da X à XVI Cúpula Ibero-Americana (2000/2006)

	2000 X Cúpula (Panamá)	2001 XI Cúpula (Peru)	2002 XII Cúpula (República Dominicana)	2003 XIII Cúpula (Bolívia)	2004 XIV Cúpula (Costa Rica)	2005 XV Cúpula (Espanha)	2006 XVI Cúpula (Uruguai)
ECONOMIA E FAZENDA	III Reunião Ibero-Americana de Ministros da Economia e Fazenda (Panamá, setembro)	IV Reunião Ibero-Americana de Ministros da Economia e Fazenda (Lima, novembro)		V Reunião Ibero-Americana de Ministros da Economia e Fazenda (Santa Cruz de la Sierra, novembro)			
EDUCAÇÃO	X Conferência Ibero-Americana de Educação (Panamá, junho)	XI Conferência Ibero-Americana de Educação (Valencia, Espanha março)	XII Conferência Ibero-Americana de Educação (Santo Domingo, outubro)	XIII Conferência Ibero-Americana de Educação (Tarija, julho)	XIV Conferência Ibero-Americana de Educação (São José, outubro)	XV Conferência Ibero-Americana de Educação (Toledo, julho)	XVI Conferência Ibero-Americana de Educação (Montevideu, julho)
ENERGIA							I Reunião Ibero-Americana de Energia (Montevideu, setembro)
INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	II Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e da Adolescência (Panamá, outubro)	III Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e da Adolescência (Lima, outubro)	IV Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e da Adolescência (Santo Domingo, outubro)	V Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e da Adolescência (Santa Cruz de la Sierra, setembro)	VI Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e da Adolescência (São José, outubro)	VII Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e da Adolescência (León, setembro)	VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e da Adolescência (Montevideu, outubro)

Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais da X à XVI Cúpula Ibero-Americana (2000/2006)

	2000 X Cúpula (Panamá)	2001 XI Cúpula (Peru)	2002 XII Cúpula (República Dominicana)	2003 XIII Cúpula (Bolívia)	2004 XIV Cúpula (Costa Rica)	2005 XV Cúpula (Espanha)	2006 XVI Cúpula (Uruguai)
JUVENTUDE	X Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude. (Panamá, julho)		XI Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude. (Salamanca, Espanha, outubro)		XII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude. (México, México, novembro)	Reunião Extraordinária Ibero-Americana de Ministros da Juventude (Badajoz, Espanha, outubro)	XIII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude (Havana, Cuba, outubro)
JUSTIÇA					XV Conferência Ibero-Americana de Ministros de Justiça (Fortaleza, Brasil, maio/junho)		XVI Conferência Ibero-Americana dos Ministros de Justiça dos Países Ibero-Americanos (Las Palmas, Espanha, set.)
MEIO AMBIENTE		I Fórum Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (La Toja, Espanha, setembro)	II Fórum Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (Bávaro, julho)	III Fórum Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (Oaxaca, México, outubro)	IV Fórum Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (Cascais, Portugal, outubro)	V Fórum Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (Colón, Panamá, setembro)	VI Fórum Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente (Buenos Aires, Argentina, setembro)
POLÍTICAS DAS MULHERES	VI Encontro Ibero-Americano de Ministras(os) e Políticas das Mulheres (Panamá, maio)						
PRESIDÊNCIA E EQUIVALENTES		VI Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América (Buenos Aires, Argentina, setembro)	VII Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América (Lisboa, Portugal, setembro)	VIII Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América (Panamá, setembro)		IX Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América (México, México, setembro)	X Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América (Cartagena, Colômbia, outubro)

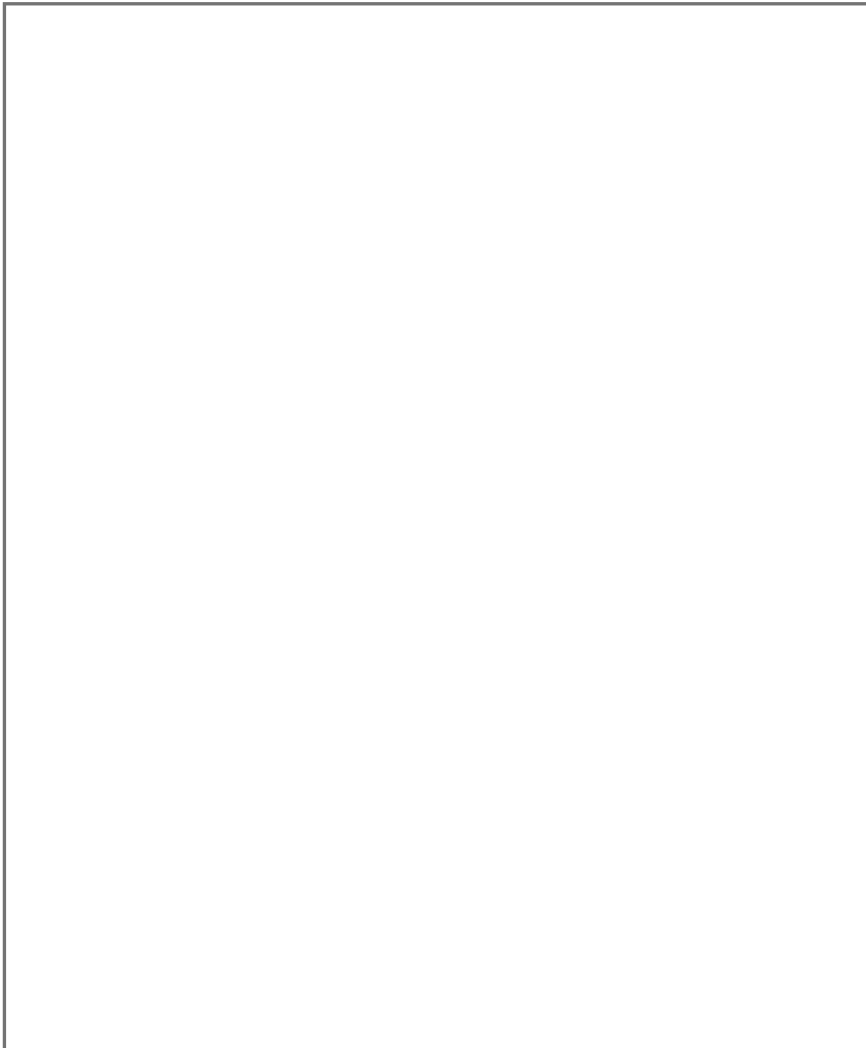
Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais da X à XVI Cúpula Ibero-Americana (2000/2006)

	2000 X Cúpula (Panamá)	2001 XI Cúpula (Peru)	2002 XII Cúpula (República Dominicana)	2003 XIII Cúpula (Bolívia)	2004 XIV Cúpula (Costa Rica)	2005 XV Cúpula (Espanha)	2006 XVI Cúpula (Uruguai)
SAÚDE	II Reunião de Ministros e Ministros de Saúde da Ibero-América (Panamá, outubro)	III Reunião de Ministros e Ministros de Saúde da Ibero-América (Havana, Cuba, outubro)	IV Reunião de Ministros e Ministros de Saúde da Ibero-América (La Romana, novembro)			VII Conferência de Ministros e Ministros de Saúde da Ibero-América (Granada, setembro)	VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros e Ministros de Saúde (Colônia do Sacramento, outubro)
SEGURANÇA SOCIAL			III Conferência Ibero-Americana de Segurança Social (Valência, Espanha, maio)	IV Conferência Ibero-Americana de Segurança Social (Alicante, Espanha, outubro)		V Conferência Ibero-Americana de Ministros e Máximos Responsáveis de Segurança Social (Segovia, setembro)	
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO		I Reunião de Ministros Ibero-Americanos da Sociedade da Informação (Madrid, Espanha, setembro)	II Reunião de Ministros Ibero-Americanos da Sociedade da Informação (Sevilha, Espanha, abril)	III Reunião de Ministros Ibero-Americanos da Sociedade da Informação (Alicante, Espanha, novembro)			
TRANSPORTE E INFRA-ESTRUTURA	V Encontro de Ministros das Obras Públicas e Transportes da Ibero-América (Panamá, setembro)					VI Encontro de Ministros dos Transportes e Infraestrutura da Ibero-América (Málaga, setembro)	
TURISMO	I Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (Cusco, setembro)	II Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (Bávaro, setembro)	III Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (Santa Cruz de la Sierra, setembro)		IV Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (São José, outubro)	V Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (Zamora, setembro)	VI Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo (Colônia do Sacramento, setembro)

Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais da X à XVI Cúpula Ibero-Americana (2000/2006)

HABITAÇÃO E URBANISMO	2000 X Cúpula (Panamá)	V Foro Ibero- Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e Desenvolvimento Urbano (Panamá, outubro)
	2001 XI Cúpula (Peru)	VI Foro Ibero- Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e Desenvolvimento Urbano (Caracas, Venezuela, outubro)
	2002 XII Cúpula (República Dominicana)	VII Foro Ibero- Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e Desenvolvimento Urbano (Sto. Domingo, outubro)
	2003 XIII Cúpula (Bolívia)	VII Foro Ibero- Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Se- tor Habitacional e Desenvolvi- mento Urbano (La Paz, novembro)
	2004 XIV Cúpula (Costa Rica)	XI Foro Ibero- Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e Desenvolvimento Urbano (São José, outubro)
	2005 XV Cúpula (Espanha)	X Foro Ibero- Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e Desenvolvimento Urbano (Guada- lupe, setembro)
	2006 XVI Cúpula (Uruguai)	XI Foro Ibero- Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e Desenvolvimento Urbano (Montevideú, setembro)

Quadro da Conferência Ibero-Americana



Conferência Ibero-Americana

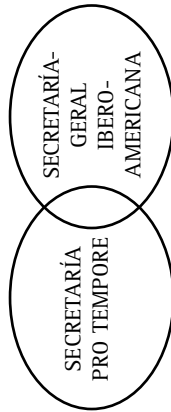
CÚPULA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO

REUNIÕES MINISTERIAIS SETORIAIS	(*)
Ministros da Educação	(16)
Ministros da Juventude	(13)
Ministros da Justiça	(15)
Ministros da Habitação e Desenv.Urbano	(11)
Ministros da Presidência	(10)
Ministros da Cultura	(9)
Ministros da Administração Pública	(8)
Ministros da Agricultura	(8)
Ministros da Infância e da Adolescência	(8)
Ministros da Saúde	(8)
Ministros da Meio Ambiente	(6)
Minis. e Resp. Políticas da Mulher	(6)
Ministros dos Transportes e Infra-estrutura	(6)
Ministros do Turismo	(6)
Ministros da Economia e Fazenda	(5)
Ministros da Segurança Social	(5)
Ministros da Ciência e Tecnologia	(3)
Ministros da Sociedade da Informação	(3)
Ministros do Desenvolvimento Social	(1)
Ministros da Energia	(1)

(*) Número de reuniões realizadas

REUNIÃO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES

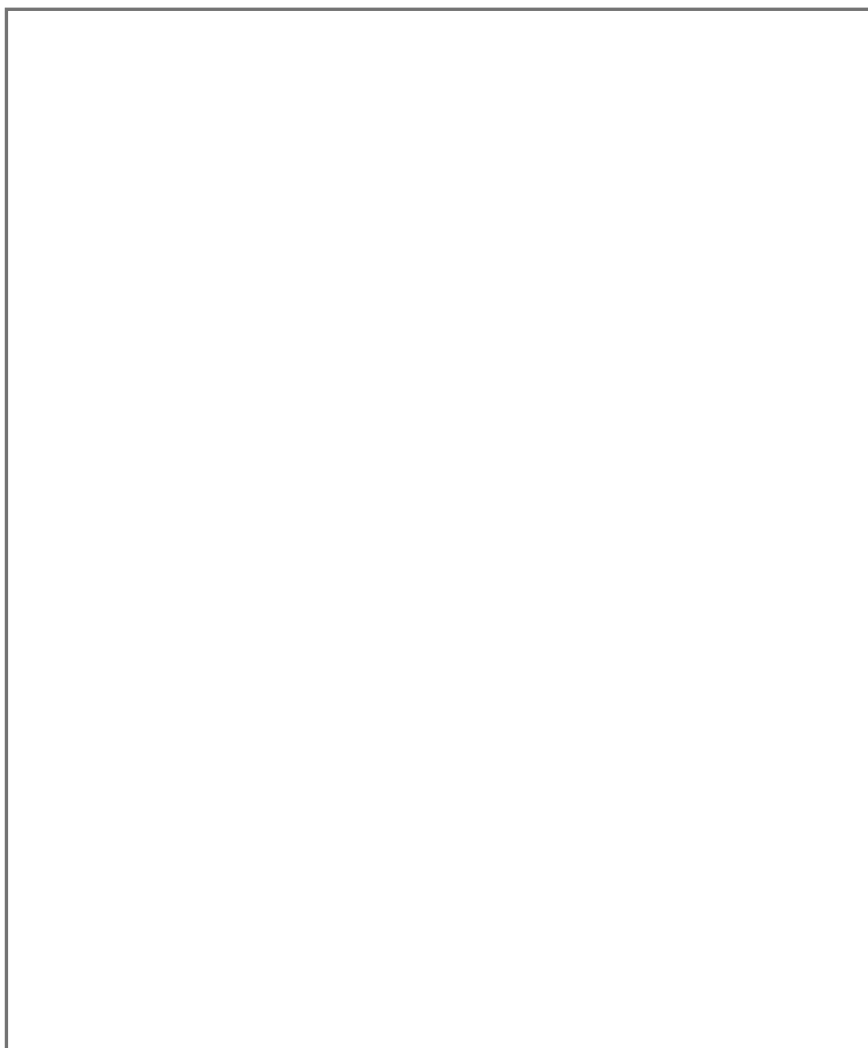
REUNIÃO DE COORDENADORES NACIONAIS E DE RESPONSÁVEIS DE COOPERAÇÃO



PROGRAMAS CÚPULA

IBERGOP	
CIDEU	
ARCE	
IBERPYPME	
FUNDIBEQ	
CYTED	
CIBERAMERICA	
PAEBA	
RADI	
ADAI	
RILVI	
PICBIP	
TEIB	
IBERMEDIA	
IBERCENA	
INICIATIVAS	
Cátedra de História Ibero-Americana	
CIBIT	
PROJETOS ADSCRITOS	
IBERO-AMÉRICA EMPREENDE	
UIIM	
VIRTUAL EDUCA	

Fichas Técnicas e Declarações Finais



SETORIAL: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REFORMA DO ESTADO

2006

CONFERÊNCIA: VIII CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE MINISTROS DE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA E REFORMA DO ESTADO

SECRETARÍA PRO TEMPORE: ESCRITÓRIO NACIONAL DO SERVIÇO CIVIL DO URUGUAI

CONTATO: Humberto Roucco ENDEREÇO: Edifício Libertad,
/ Ramón Firme Avda. Luis Alberto de Herrera 3350,
3^{er} Piso
E-MAIL: hroucco@onsc.gub.uy Montevideo 11600
/ rfirme@onsc.gub.uy Uruguay
TELEFONE: (598-2) 487 2110

SECRETARIA TÉCNICA: CLAD - CENTRO LATINO-AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO

CONTATO: Julio César Fernández Toro WEBSITE: www.clad.org.ve
CARGO: Secretario General ENDEREÇO: Calle Herrera Toro, Quinta
E-MAIL: clad@clad.org.ve CLAD, Sector Los Naranjos
TELEFONE: (58-212) 9924064 / 3297 / Las Mercedes
5953 / 9937277 / 9104 Apartado Postal 4181
FAX: (58-212) 9918427 Caracas 1010-A
Venezuela

SECRETARIA-GERAL IBERO-AMERICANA - SEGIB

CONTATO: Leonor Esguerra Portocarrero WEBSITE: www.segib.org
CARGO: Subdiretora, Divisão de ENDEREÇO: Paseo de Recoletos, 8
Reuniões Ministeriais Setoriais Madrid 28001
E-MAIL: lesguerra@segib.org Espanha
TELEFONE: (34-91) 590 1980 / 1995
FAX: (34-91) 590 1982

REUNIÕES RECENTES

2006 VIII CONFERÊNCIA, MONTEVIDÉU, 22-23 JUNHO

2005 VII CONFERÊNCIA, MADRID, 23-24 JUNHO

ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO ASSOCIADAS
ÁREA RESPONSÁVEL SEGIB: SECRETARIA DE COOPERAÇÃO

ESCOLA IBERO-AMERICANA DE ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

APROVADA EM 2006

MENÇÕES NA DECLARAÇÃO DA XVI CÚPULA

“15. Destacamos a adoção, por parte da Reunião de Ministros de Administração Pública, do Código Ibero-Americano de Bom Governo e a criação da Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas, que contribuirão para uma maior eficácia governamental e qualidade da gestão pública, respeitando a soberania dos países e suas legislações nacionais.”

VIII CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE MINISTROS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REFORMA DO ESTADO

Montevidéo, 22 e 23 de junho de 2006

CONSENSO DE MONTEVIDÉU

Tradução oficial não assinada

- “Código Iberoamericano de Bom Governo”,
- “Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas”,
- Resoluções

Os Ministros de Administração Pública e de Reforma do Estado e os Chefes de Delegação dos países ibero-americanos, reunidos nos dias 22 e 23 de junho de 2006, em Montevidéo, Uruguai, sob a iniciativa do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) e o apoio do Ministério de Administrações Públicas da Espanha, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) e a Fundação Internacional e para Ibero-América de Administração e Políticas Públicas (FIIAPP).

- Foram constituídas na VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado, a fim de formalizar a adoção do “Código Ibero-Americano de Bom Governo” e a criação da “Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas”, com o fim de contribuir para que as instituições e os Estados Ibero-americanos estejam dotados das capacidades necessárias para garantir a governabilidade democrática e a realização dos objetivos de desenvolvimento econômico, bem-estar e igualdade social e possam coordenar eficientemente seus esforços de cooperação nestes campos.

- Obtiveram consenso nas resoluções que se expressam a seguir, concordando que serão apresentadas na próxima Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, a ser realizada na República Oriental do Uruguai, os dias 4 e 5 de novembro do presente ano.

RESOLUÇÕES

Os Ministros de Administração Pública e da Reforma do Estado e os Chefes da Delegação dos países ibero-americanos, reunidos nos dias 22 e 23 de junho de 2006, em Montevideu, Uruguai por ocasião da VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado, decidimos adotar as seguintes resoluções:

1. Aprovar a adoção do “*Código Ibero-Americano de Bom Governo*” e a criação da “*Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas*”, cujos textos devidamente abaixo-assinados se anexam a este documento, e solicitar à Secretaria Pro Tempore da XVI Reunião Ibero-americana que, através dos canais correspondentes, submeta à consideração dos Chefes de Estado e de Governo o conteúdo do presente “*Consenso de Montevideu*”.

2. Adquirir o compromisso de promover nos países da Ibero-América a adoção da formação e capacitação de diretivos e funcionários públicos como atividade de caráter permanente que possibilita incrementar a capacidade governamental e a qualidade da gestão pública.

3. Enviar à Secretaria-Geral do CLAD, no mais tardar até 31 de agosto do presente ano, e a partir do ano 2007 até 30 de abril de cada ano, uma lista que contenha a oferta e a demanda de cursos e atividades de formação e capacitação que cada país considera de prioridade, a efeitos de nutrir e articular as potenciais atividades da Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas.

4. Enviar à Secretaria-Geral do CLAD, nas mesmas datas assinaladas no parágrafo anterior, uma lista de expertos que poderiam desempenhar funções docentes nas diferentes atividades a serem desenvolvidas pela Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas.

5. Expressar o reconhecimento ao Governo da República Oriental do Uruguai, através do Escritório Nacional do Serviço Civil, pela excelente organização da Conferência, por sua reconhecida hospitalidade, e suas contribuições ao clima de confraternidade ibero-americana que caracterizou esta reunião.

6. Expressar o reconhecimento e gratidão ao Governo da Espanha, através de seu Ministério de Administrações Públicas, da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) e a Fundação Internacional e para a Ibero-

América de Administração e Políticas Públicas (FIIAPP), por ter possibilitado os meios materiais que fizeram viável a realização desta Conferência.

7. Concordar com a continuidade de encontros periódicos dos Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado, prévios à Cúpulas Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo, de tal forma que contribuam para decidir e formular recomendações de acordo com as necessidades comuns das administrações da região, assim como à consolidação da Comunidade Ibero-americana e seu sistema de cooperação.

8. Convidar o Governo do Chile, sede da XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, para que também se constitua em sede da IX Conferência Ibero-Americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado, como de tradição.

9. Encomendar à Secretaria-Geral do CLAD a realização das ações de coordenação necessárias com o Governo do Chile, aos efeitos da organização e execução da IX Conferência Ministerial.

10. Solicitar ao CLAD que continue servindo como instrumento de intercâmbio entre seus países membros nas matérias relacionadas com a Reforma do Estado, o fortalecimento de suas instituições públicas e a modernização de seus mecanismos de gestão.

CONFERÊNCIA: IX CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE CULTURA

SECRETARIA PRO TEMPORE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO URUGUAI

CONTATO:	Mariana Sotelo / Marta Romero	ENDEREÇO:	Reconquista, 535 esquina Ituzaingo Montevideo 11100 Uruguay
E-MAIL:	msotelo@internet.com.uy		
TELEFONE:	(598-2) 908 6950		

SECRETARIA TÉCNICA: OEI - ORGANIZAÇÃO DE ESTADOS IBERO-AMERICANOS
PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

	Francisco Piñón - Secretário-Geral	WEBSITE:	www.oie.es
CONTATO:	Fernando Rueda	ENDEREÇO:	Bravo Murillo, 38 Madrid 28015 Espanha
CARGO:	Coordenador de Programas		
E-MAIL:	mgarcia@oie.es		
TELEFONE:	(34-91) 594 4382		
FAX:	(34-91) 594 3286		

SECRETARIA-GERAL IBERO-AMERICANA - SEGIB

CONTATO:	Leonor Esguerra Portocarrero	WEBSITE:	www.segib.org
CARGO:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	ENDEREÇO:	Paseo de Recoletos, 8 Madrid 28001 Espanha
E-MAIL:	lesguerra@segib.org		
TELEFONE:	(34-91) 590 1980 / 1995		
FAX:	(34-91) 590 1982		

REUNIÕES RECENTES

- 2006 IX CONFERÊNCIA, MONTEVIDÉU, 13-14 JULHO;
REUNIÕES PREPARATÓRIAS: SÃO PAULO (04/06) E SANTO DOMINGO (05/05)
- 2005 VIII CONFERÊNCIA, CÓRDOBA, ESPANHA, 13-14 JUNHO

ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO ASSOCIADAS
ÁREA RESPONSÁVEL SEGIB: DIVISÃO DE ASSUNTOS CULTURAIIS

Programas

ADAI	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ARQUIVOS IBERO-AMERICANOS
IBERCENA	APOIO À CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO CÊNICO IBERO-AMERICANO
IBERMEDIA	DESENVOLVIMENTO AUDIOVISUAL EM APOIO À CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO VISUAL IBERO-AMERICANO
PICBIP	DESENVOLVIMENTO DAS BIBLIOTECAS NACIONAIS DOS PAÍSES IBERO-AMERICANOS
RILVI	REPERTÓRIO INTEGRADO DE LIVROS À VENDA NA REGIÃO IBERO-AMERICANA

MENÇÕES NA DECLARAÇÃO DA XVI CÚPULA

"9. Adotamos a Carta Cultural Ibero-Americana, com o propósito de promover a construção de uma cultura de paz baseada no intercâmbio, no diálogo intercultural, na concertação e na cooperação entre nossos povos e estamos decididos a implementar as ações nacionais e de cooperação que contribuam para atingir esses objetivos. A Carta sustenta-se num acervo cultural comum, na riqueza de nossas origens e em sua expressão plural e contribui para a consolidação de um espaço cultural ibero-americano. Constitui, igualmente, um impulso fundamental para a cooperação cultural ibero-americana e para a construção de um espaço multi-étnico, pluricultural e multilíngüe de cooperação e concertação, como um passo em direção ao reconhecimento da cultura como fator de integração de nosso espaço ibero-americano".

"30. Aprovamos IBERCENA como programa Cúpula proposto pelos Ministros da Cultura, com o objetivo de potenciar a promoção de nossa diversidade cultural e o desenvolvimento cênico da região ibero-americana, mediante o fomento das co-produções, as redes de teatros e de festivais, o apoio à autoria ibero-americana e a formação dos nossos profissionais".

"35. Encomendamos à SEGIB estabelecer um grupo de trabalho com a Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e o Fundo Indígena que permita elaborar as bases, objetivos e alcances do Instituto Ibero-Americano de Línguas Nativas".

IX CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE CULTURA

Montevideu, 13 e 14 de julho de 2006

DECLARAÇÃO DE MONTEVIDÉU

Tradução oficial não assinada

As Ministras e os Ministros e as Altas Autoridades de Políticas Culturais da Ibero-América,

Levando em conta a transcendência das novas oportunidades que brinda a Carta Cultural Ibero-Americana como uma forma de manifestar a nossa contribuição específica para com os distintos povos e culturas deste mundo.

Considerando que a Carta estimulará a construção de uma cultura de paz assentada no intercâmbio, no diálogo intercultural e na cooperação.

Cientes de que esta dará um impulso fundamental à cooperação cultural ibero-americana, e que fomentará a construção de um espaço privilegiado de cooperação e harmonização.

Certos de que a cultura contribui à erradicação da pobreza e à busca da inclusão social, graças ao seu impacto crescente na transformação econômica e social dos nossos países.

Cientes de que os orçamentos públicos alocados ao setor cultural são investimentos e não despesas, aspiramos a alcançar um mínimo de 1% dos mesmos em cada país.

A par dos desafios e oportunidades que oferecem as novas tecnologias no tocante à criação, produção e divulgação dos conteúdos culturais, manifestamos a necessidade de articular e atualizar o resguardo dos direitos dos criadores, com as novas formas de criação e divulgação de distribuição de bens culturais e o acesso universal das pessoas a tais conteúdos.

No cumprimento do mandato emanado da XV Cúpula Ibero-Americana de Salamanca, elaboramos a proposta de uma “*Carta Cultural Ibero-Americana*” e recomendamos aos nossos Chefes de Estado e de Governo a sua adoção como marco do afazer cultural e de consolidação da comunidade ibero-americana.

Comprometemo-nos a desenvolver com prioridade as ações nacionais e de cooperação que contribuam para alcançar os objetivos da mesma.

Reiteramos nosso compromisso para com a Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais, congratulamo-nos com a sua aprovação na XXXIII Conferência Geral da UNESCO e nos propomos impulsionar a sua pronta ratificação pelos países ibero-americanos.

Comprometemo-nos a aproximar a relação entre políticas culturais e a erradicação da pobreza como uma forma de contribuir para alcançar os Objetivos do Milênio e ao desenvolvimento econômico e social da Ibero-América. Alentamos o fortalecimento de planos e programas culturais comprometidos com este objetivo, bem como o intercâmbio de informação e de experiências de êxito, que atendam a este propósito, e acolhemos a proposta da Espanha e da República Dominicana de realizar uma reunião de peritos que desenvolvam um programa que comprometa o setor cultural com o cumprimento dos Objetivos do Milênio.

Assinalamos a necessidade de dispor de informações comparáveis sobre o impacto econômico e social da cultura, para o que promovemos a elaboração de indicadores e dados de informação cultural comuns entre nossos países.

Neste contexto, louvamos a proposta para a criação e fortalecimento de observatórios culturais e centros de pesquisa afins na Ibero-América apresentada

pelo México e a Espanha, com apoio da OEI, e nos comprometemos a realizar reuniões anuais de acompanhamento para o desenvolvimento desse objetivo. Em tal sentido, Cuba organizará uma reunião no âmbito do V Congresso Internacional sobre Cultura e Desenvolvimento, em 2007, e o Chile convocará uma segunda reunião em 2008.

Prezamos a avaliação dos programas Cúpula em cultura, realizada pela SEGIB, e aceitamos as suas recomendações de otimizar a cooperação cultural ibero-americana, promover o intercâmbio e o diálogo entre os diversos programas, e promover a sua apropriação pelo setor cultural da região.

Declaramo-nos a favor de que a Secretaria-Geral Ibero-Americana ative as recomendações da avaliação dos Programas Cúpula de maneira coordenada com os países.

Saudamos com satisfação a renovação da proposta Ibercena, que é o primeiro Programa-Cúpula no âmbito das artes cênicas. Pelo seu grande potencial para apoiar a promoção da nossa diversidade cultural, instamos nossos Chefes de Estado e de Governo a adotarem como “*Programa Cúpula*” na XV Cúpula Ibero-Americana. Neste sentido, a convite da Colômbia, será realizada em Bogotá uma reunião preparatória que assentará as bases do programa.

Manifestamos nosso beneplácito pelas diversas iniciativas e projetos em execução acerca da Televisão Cultural Ibero-Americana, e saudamos o convite do México para participarmos do projeto do lançamento de um sinal experimental de televisão cultural, com uma pauta formada pela programação contribuída pelos países participantes.

Expressamos nossa satisfação pela valiosa iniciativa do Brasil respaldada por quinze países, para a criação do Programa DOC TV - Ibero-América, que contribui para a geração de conteúdos baseados na riqueza da nossa diversidade cultural.

Manifestamos nosso acordo para que a OEI e a SEGIB coordenem a elaboração de um diagnóstico sobre as diferentes iniciativas ibero-americanas de integração áudiovisual na região visando a determinar os passos a serem dados para a criação de um canal cultural ibero-americano.

No âmbito institucional, alentamos a hierarquização e o fortalecimento das áreas públicas de cultura dos nossos países.

Saudamos a iniciativa de criar um Instituto Ibero-Americano de Línguas Nativas, para o que solicitamos o concurso de OEI e da SEGIB para convocar um grupo de trabalho presidido pela Bolívia para a elaboração das bases, objetivos e alcances do Instituto.

Com a finalidade de promover o intercâmbio e a cooperação cultural da Ibero-América no âmbito dos museus, e de avançar em prol de um modelo de gestão compartilhada que contribua a desenhar a Ibero-América como um espaço cultural comum, recomendamos a proclamação do ano 2008 como Ano Ibero-Americano dos Museus.

Ratificamos o interesse em garantir o acesso ao livro e à leitura, para o que contribuirá particularmente o fortalecimento das bibliotecas públicas e escolares.

Saudamos a iniciativa espanhola de criar o Programa ACERCA, como uma proposta inovadora para a cooperação cultural e o fortalecimento das capacidades de gestão cultural em nossos países. Reconhecemos a contribuição da AECEI e recomendamos articular os seminários ACERCA em torno do reforço dos laços entre cultura e desenvolvimento.

Recebemos com beneplácito o convite para participarmos das reflexões em torno dos grandes temas debatidos atualmente no âmbito do foro universal das culturas, Monterrey, 2007.

Reconhecemos o papel desempenhado pela OEI em favor da ação entre agências no campo da cultura, e a instamos a continuar desenvolvendo tal prática.

Agradecemos o caloroso recebimento e a eficácia do Ministério da Educação e Cultura da República Oriental do Uruguai e à OEI pelo êxito na organização desta reunião, bem como por seu permanente trabalho em prol da cooperação cultural ibero-americana.

SECRETARIA PRO TEMPORE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO URUGUAI

CONTATO:	Luis Garibaldi	ENDEREÇO:	Reconquista, 535
CARGO:	Dirección de Educación		esquina Ituzaingo
E-MAIL:	garibaldi@mec.gub.uy		Montevideo 11100
TELEFONE:	(598-2) 915 01030 / 0203		Uruguay

SECRETARIA TÉCNICA: OEI - ORGANIZAÇÃO DE ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

	Francisco Piñón - Secretário-Geral	WEBSITE:	www.oie.es
CONTATO:	Hugo Camacho	ENDEREÇO:	Bravo Murillo, 38
CARGO:	Coordinador		Madrid 28015
E-MAIL:	mgarcia@oie.es		Espanha
TELEFONE:	(34-91) 594 4382		
FAX:	(34-91) 594 3286		

SECRETARIA-GERAL IBERO-AMERICANA - SEGIB

CONTATO:	Leonor Esguerra Portocarrero	WEBSITE:	www.segib.org
CARGO:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	ENDEREÇO:	Paseo de Recoletos, 8
E-MAIL:	lesguerra@segib.org		Madrid 28001
TELEFONE:	(34-91) 590 1980 / 1995		Espanha
FAX:	(34-91) 590 1982		

REUNIÕES RECENTES

2006 XVI CONFERÊNCIA, MONTEVIDÉU, 12-13 JULHO;
2005 XV CONFERÊNCIA, TOLEDO, ESPANHA, 12-13 JULHO

ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO ASSOCIADAS
ÁREA RESPONSÁVEL SEGIB: DIVISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Programa

PAEBA	PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO BÁSICA DE ADULTOS
TEIB	TELEVISÃO EDUCATIVA IBERO-AMERICANA
VIRTUAL EDUCA	PROJETO DE CAPACITAÇÃO VIRTUAL, ADSCRITO AO SISTEMA
PLANO IBERO-AMERICANO DE ALFABETIZAÇÃO	APROVADO EM 2006
ESPAÇO IBERO-AMERICANO DO CONHECIMENTO	APROVADO EM 2006
TROCA DA DÍVIDA POR EDUCAÇÃO	INICIATIVA PROMOVIDA DESDE 2006 QUE DEVE SER APROFUNDADA

MENÇÕES NA DECLARAÇÃO DA XVI CÚPULA

"10. Valorizamos o "Plano Ibero-Americano de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos 2007-2015", decidimos sua entrada em funcionamento e declaramos o ano 2007 como "Ano Ibero-Americano da Alfabetização", mediante a coordenação e a soma de esforços nacionais a partir de estratégias decididas por cada país.

"11. Destacamos os avanços alcançados pelos países que desenvolveram iniciativas de troca da dívida por investimentos em educação e impulsionamos a participação dos Governos no desenvolvimento desses programas, à discrição de cada país. Solicitamos à SEGIB elaborar um relatório que reflita os resultados das experiências de troca de dívida na região ibero-americana, especialmente em matéria de educação, durante o primeiro semestre de 2007, dando continuidade às gestões dirigidas a impulsionar no seio da comunidade ibero-americana, e com terceiros países, os programas de troca de dívida por educação e outros investimentos sociais. 13. Valorizamos igualmente a criação de um Espaço Ibero-Americano do Conhecimento (EIC) orientado à necessária transformação da educação superior e articulado em torno à investigação, o desenvolvimento e a inovação, e apoiamos a proposta de elaborar um plano estratégico do EIC, para cuja formulação se convocarão aos responsáveis nacionais das políticas de educação superior e a outros atores vinculados com o tema."

"14. Acordamos promover, no âmbito do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento (EIC) uma iniciativa de cooperação em matéria de mobilidade acadêmica de estudantes universitários. Para isso, instamos a SEGIB a realizar um estudo que permita estabelecer um instrumento educativo que articule um sistema de intercâmbio de estudantes universitários tomando como modelo experiências exitosas realizadas no âmbito europeu."

IX CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE EDUCAÇÃO

Montevidéu, 12 e 13 de julho de 2006

DECLARAÇÃO DE MONTEVIDÉU

Tradução oficial não assinada

As Ministras e os Ministros de Educação da Ibero-América, reunidos na XVI Conferência Ibero-Americana de Educação

Considerando:

1. Que na XV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, no âmbito da criação do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento (EIC), solicitaram à Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) para que, com base nas experiências em curso na região, apresentasse aos Estados Membros um Plano Ibero-Americano de Alfabetização, com o objetivo de poder declarar a região ibero-americana território livre de analfabetismo entre 2008 e 2015.

2. Que a universalização da alfabetização é uma prioridade para a nossa Comunidade de Nações e que assegurar uma educação básica às pessoas jovens e adultas na nossa região garante o exercício de um direito humano fundamental. Que tais ações constituem uma estratégia chave para a redução da pobreza e da desigualdade na Ibero-América e, assim, condição para o necessário desenvolvimento político, social e econômico dos nossos países.

3. Que a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e a SEGIB desenvolveram durante este ano um amplo trabalho de consultas e de articulação com os Ministérios da Educação dos países ibero-americanos, processo que incluiu o I Encontro Ibero-Americano de Alfabetização (Caracas, Venezuela, 30 e 31 de março de 2006) e que, como fruto de tal trabalho, a SEGIB e a OEI estão em condições de corresponder ao mandato da XV Cúpula Ibero-Americana.

4. Que, para potenciar os efeitos do Plano Ibero-Americano de Alfabetização e Educação Básica de Pessoas Jovens e Adultas, é necessária a sua coordenação com outras políticas ibero-americanas de apoio à escrita e à leitura, considerada esta última como *“instrumento real para a inclusão social e um fator básico para o desenvolvimento social, cultural e econômico dos nossos países”* (Declaração de Santa Cruz de la Sierra), bem como *“instrumento fundamental para a melhoria da qualidade na educação”* (Declaração de São José).

5. Que o Plano Ibero-Americano de Leitura-declarado Programa de Cúpula pelos Chefes de Estado e de Governo em Santa Cruz de la Sierra, 2003 - obteve resultados significativos; permitiu reposicionar a leitura dentro das políticas públicas dos nossos países, estimular a concepção e o fortalecimento de planos nacionais de leitura, promover investigações e estudos, apoiar experiências e ações que fomentem o livro e a leitura, convocando entidades diversas para articular as suas iniciativas e atividades.

6. Que construir o conhecimento, comunicar-se com outras pessoas, ter acesso e movimentar-se na sociedade da informação, exigem atualmente o desenvolvimento de uma capacidade de leitura que transcende as práticas e os suportes tradicionais, incluindo o acesso às tecnologias da informação e comunicação, bem como a uma formação para a sua utilização crítica, responsável e socialmente útil, condição esta indispensável para a construção do EIC.

7. Que a Declaração da XV Cúpula Ibero-Americana (Salamanca, 2005) salienta o compromisso de *“avançar para a criação de um Espaço Ibero-Americano do Conhecimento, orientado para a necessária transformação do ensino superior e articulado em torno da investigação, do desenvolvimento e da inovação, condição necessária para incrementar a produtividade, oferecendo melhor qualidade e acessibilidade aos bens e serviços para os nossos povos, bem como a competitividade internacional da nossa região”*. Nesse sentido, os Chefes de Estado e de Governo solicitaram à SEGIB que promovesse, juntamente com a OEI e com o Conselho Universitário Ibero-Americano (CUIB), a concertação político-técnica necessária para pôr em marcha esta iniciativa.

8. Que a SEGIB, a OEI e o CUIB, no último ano, avançaram com o processo de consultas, de concertação e na elaboração de um documento base de referência no qual se estabelecem, para a construção do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento (EIC), os princípios de gradualismo, flexibilidade, priorização, articulação, qualidade, co-responsabilidade, multilateralismo, complementaridade solidária e benefício mútuo.

9. Que nos países existem diferentes condições e capacidades para gerar e aplicar de forma inovadora o conhecimento, pelo que a construção e a consolidação de um EIC requerem o fortalecimento e a colaboração entre os sistemas multilaterais de cooperação, bem como a interação entre administrações públicas, instituições de ensino superior, centros de investigação e empresas para a criação, utilização e transferência de conhecimentos; isto permitirá incrementar a produtividade, a competitividade e avançar no desenvolvimento social da região, diminuindo o fosso entre os países.

10. Que o ensino superior e a investigação, enquanto aspiração e necessidade, são ferramentas privilegiadas para desenvolver processos de integração entre os países, para a criação e transferência de conhecimento relevante, local, regional e global, bem como para a formação de profissionais com pertinência e visão ibero-americanas.

11. Que, entre as medidas concretas propostas como estratégias para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) na América Latina, se destaca que: *“os investimentos em investigação e ensino superior são necessários para que o crescimento na região, baseado nas matérias-primas, se transforme em crescimento com base na inovação e no conhecimento, com um alcance mais amplo e mais sustentável...”*.

12. Que, na Declaração de Salamanca, os Chefes de Estado e de Governo se comprometeram a encorajar o maior número de credores bilaterais e multilaterais a utilizar o instrumento da conversão da dívida externa em medidas de caráter social, em especial em educação, com o objetivo de ampliar investimentos que promovam a inclusão social, e que contribuam para a redução da dívida externa na América Latina.

13. Que o Programa de Cúpula Televisão Educativa Ibero-Americana (TEIB), seguindo as recomendações da avaliação externa realizada, bem como as propostas formuladas pelo seu Conselho Diretivo, considere a revisão e o fortalecimento da sua estrutura e procedimentos com o fim de melhorar o seu impacto, visibilidade e sustentabilidade no seu objetivo de oferecer uma rica e variada produção educativa e cultural ibero-americana às nossas sociedades.

Concordamos em:

1. Manifestar a nossa convicção de que a universalização da alfabetização e a educação básica para todos os jovens e adultos na Ibero-América são obje-

tivos possíveis e necessários, pelo que nos comprometemos no âmbito das políticas de Estado a fortalecer planos nacionais nos nossos respectivos países.

2. Apresentar à XVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo para sua consideração e apoio a proposta do “*Plano Ibero-Americano de Alfabetização e Educação Básica de Pessoas Jovens e Adultas 2007-2015*”, elaborado pela OEI em colaboração com a SEGIB, em resposta ao mandato da XV Cúpula Ibero-Americana.

3. Determinar que o objetivo desse Plano é universalizar, no menor tempo possível, a alfabetização na região e oferecer à população jovem e adulta que não tenha completado a sua escolaridade, a possibilidade da continuidade educativa, pelo menos até à finalização da educação básica, no âmbito da educação para todos ao longo da vida, mediante a coordenação e somatório de esforços nacionais, a partir de estratégias decididas soberanamente por cada país.

4. Solicitar à SEGIB e à OEI que avancem no desenvolvimento e concretização do Plano Ibero-Americano de Alfabetização e Educação Básica de Pessoas Jovens e Adultas, mediante a inclusão dos contributos emanados desta Conferência no documento base e a formulação do Plano Operacional 2007, o qual abrangerá no mínimo:

- as ações já em curso e a desenvolver por cada país;
- as ações de assistência e acompanhamento técnico de alcance regional a efetuar em 2007 e nos anos seguintes;
- a avaliação econômica das ações previstas e o seu financiamento previsível;
- a criação de um sistema de indicadores para se realizar a avaliação, acompanhamento e monitorização do plano, de experiências e metodologias;
- a elaboração de um portfólio de experiências e metodologias já implementadas, visando a sua divulgação e intercâmbio.

5. Solicitar à XVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo que 2007 seja declarado “*Ano Ibero-Americano da Alfabetização*”, no âmbito do lançamento do Plano Ibero-Americano de Alfabetização e Educação Básica de

Pessoas Jovens e Adultas e da Década das Nações Unidas para a Alfabetização 2003-2012.

6. Reafirmar o nosso apoio a iniciativas de fomento da leitura e da escrita surgidas nos países da região e implementadas pela OEI e pelo Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe (CERLALC), solicitando-lhes que incluam na sua programação as propostas apresentadas nesta Conferência. Além disso, propomos à consideração dos Chefes de Estado e de Governo a conveniência do desenvolvimento de programas que tenham como objetivo fazer com que nenhuma família ibero-americana tenha necessidade de um pacote básico de livros no seu lar.

7. Promover o acesso de todas as pessoas, especialmente de estudantes e de docentes, às tecnologias da informação e da comunicação, e implementar ações que promovam a sua utilização competente, crítica e reflexiva, de acordo com os planos nacionais e regionais já existentes.

8. Avançar para a estruturação progressiva do EIC, com o objetivo de promover a cooperação solidária, a melhoria contínua e de forma a assegurar a qualidade e a pertinência do ensino superior, da investigação e da inovação como fundamento para o desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade da região.

9. Potenciar os esforços e ações que os nossos Governos e redes regionais de instituições de ensino superior estão desenvolvendo para a construção de espaços comuns multilaterais, bem como para a constituição de redes de cooperação e intercâmbio acadêmico como meio eficaz para a construção do EIC.

10. Solicitar à SEGIB, à OEI e ao CUIB a constituição, com a maior brevidade possível, de um foro de responsáveis nacionais das políticas de ensino superior, que tenha como propósito a formulação de um plano estratégico -durante 2007- que contenha no mínimo um cenário desejável até 2015 do EIC e um conjunto de políticas, estratégias e prioridades para a sua execução. Para tal é necessário:

- a constituição de um processo estável de consulta e de concertação que tenha em conta a diversidade e pluralidade dos atores vinculados e que permita o desenvolvimento das seguintes linhas de cooperação: a mobilidade de estudantes, professores e investigadores; a avaliação e acreditação

da qualidade das instituições e programas; a formação de investigadores e redes de investigação sobre temas prioritários; o fortalecimento de unidades de interface universidade-setor produtivo; o apoio à criação de fundos nacionais de investigação; o fomento da inovação e das relações ciência-tecnologia-sociedade;

- a recolha temática necessária e a análise de boas práticas das iniciativas em curso, com a finalidade de criar um mapa integrado de ações e avançar na sua desejável articulação, a fim de contribuir para o fortalecimento da pertinência e da qualidade do ensino superior na região;

- a elaboração de estudos em áreas estratégicas sobre as capacidades instaladas para criar e aplicar, de forma inovadora, o conhecimento e apresentar propostas de ação para o seu fortalecimento no âmbito do EIC.

11. Promover e favorecer os sistemas nacionais de avaliação e acreditação de programas e instituições de ensino superior e avançar no reconhecimento mútuo de tais sistemas como elementos fundamentais para o desenvolvimento do EIC.

12. Propor à XVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo que como primeira medida para o lançamento do EIC, seja desenvolvido um Programa de Cúpula de Cooperação em matéria de mobilidade académica de estudantes, que se fundamente em critérios básicos de pertinência, qualidade e multilateralismo, tendo em conta os antecedentes que neste sentido se têm vindo a desenvolver na região.

13. Agradecer ao Governo da Espanha a sua generosa iniciativa na execução de programas de inversão da dívida por educação com diversos países da região; e solicitar à SEGIB que continue a trabalhar no sentido de conseguir juntar mais devedores a este processo.

14. Promover a participação ativa dos Ministérios de Educação em programas de perdão da dívida por inversões em educação e reconhecer os avanços alcançados pelos países que desenvolveram iniciativas deste tipo.

15. Assegurar que, de acordo com o mandato de Salamanca, todas as ações da cooperação ibero-americana integrem de forma transversal as perspectivas indígena e afro-descendente e a de gênero. Neste contexto, promoveremos a

cooperação sul-sul bem como a realização de estudos sobre os saberes locais e as tecnologias tradicionais como parte integrante do EIC.

16. Apoiar o processo de reestruturação e renovação da TEIB -conforme o acordado na XXIV Reunião do seu Conselho Diretivo, realizada em Córdoba, Argentina, nos passados dias 5, 6 e 7 de junho- e apoiar a criação de um órgão de gestão do programa que integre os Ministérios da Educação Ibero-Americanos.

17. Recomendar à equipa gestora do Programa TEIB que, considerando a importante experiência desenvolvida no campo da comunicação ibero-americana, a co-produção e a inovação tecnológica, trabalhe na convergência para uma televisão educativa e cultural que aproveite todas as sinergias criadas nestes campos e procure incluir e/ou harmonizar as diversas iniciativas.

18. Agradecer aos organismos internacionais de cooperação o apoio que têm vindo a prestar ao desenvolvimento dos nossos sistemas educativos, bem como a sua participação sustentada nas Conferências Ibero-Americanas de Educação e, em especial, os esforços realizados no âmbito da cooperação interagencial.

19. Agradecer, por último, o caloroso acolhimento, a cortesia e a eficácia do Ministério da Educação e Cultura da República Oriental do Uruguai, e à OEI pelo sucesso na organização desta reunião, bem como pelo seu permanente trabalho em prol da cooperação ibero-americana.

SETORIAL: ENERGIA

2006

CONFERÊNCIA: I REUNIÃO DE MINISTROS IBERO-AMERICANOS DE ENERGIA

SECRETARIA PRO TEMPORE: MINISTÉRIO DE ENERGIA DO URUGUAI

CONTATO:	Alejandro Gutierrez	ENDEREÇO:	Mercedes, 1041
CARGO:	Assessor do Ministro		Montevideo 11100
E-MAIL:	Alejandro.gutierrez@dne.miem.gub.uy		Uruguay
TELEFONE:	(598-2) 908 6313		
FAX:	(598-2) 902 1629		

SECRETARIA TÉCNICA (DA I REUNIÃO): ONUDI - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

CONTATO:	Mr. Kandeh K. Yumkella	WEBSITE:	www.unido.org
CARGO:	Diretor-Geral	ENDEREÇO:	Vienna International Centre
E-MAIL:	unido@unido.org		Wagramerstr. 5
TELEFONE:	(43-1) 260 260		PO Box 300 A-1400
FAX:	(43-1) 269 2669		Viena
			Austria

SECRETARIA-GERAL IBERO-AMERICANA - SEGIB

CONTATO:	Leonor Esguerra Portocarrero	WEBSITE:	www.segib.org
CARGO:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	ENDEREÇO:	Paseo de Recoletos, 8
E-MAIL:	lesguerra@segib.org		Madrid 28001
TELEFONE:	(34-91) 590 1980 / 1995		Espanha
FAX:	(34-91) 590 1982		

REUNIÕES RECENTES

2006 I REUNIÃO, MONTEVIDÉU, URUGUAI, 26-27 SETEMBRO

2005 _

ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO ASSOCIADAS
ÁREA RESPONSÁVEL SEGIB: DIVISÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

NÃO HÁ

MENÇÕES NA DECLARAÇÃO DA XVI CÚPULA

"21. Confirmamos nosso propósito de continuar e ampliar os esforços para aumentar a participação das energias renováveis na oferta de energia e melhorar a eficiência energética. Tais esforços incluirão o diálogo para identificação dos obstáculos que limitam sua oferta e eficiência, e as políticas para a eliminação dos mesmos."

OBSERVAÇÕES

Esta RMS foi convocada pela primeira vez em 2006, organizada pela SEGIB com a colaboração da ONUDI (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial). O diálogo ministerial foi seguido de um foro aberto em que participaram organismos multilaterais, academias, empresários, ONG, especialistas e agências internacionais, a fim de debater a temática das energias renováveis e as suas potencialidades nas vertentes: eólica, micro-hidráulica, solar e de biomassa.

I REUNIÃO DE MINISTROS IBERO-AMERICANOS DE ENERGIA

Montevideu, 26 de setembro de 2006

Tradução não oficial

Os Ministros e/ou Representantes dos Ministérios dos países ibero-americanos que têm responsabilidade sobre os temas de energia e/ou desenvolvimento industrial, reunidos em Montevideu em 26 de setembro de 2006, acordam efetuar a seguinte Declaração de Ministros ou Representantes Ministeriais a ser apresentada na Cúpula de Presidentes Ibero-Americanos que será realizada no dia 5 de novembro do mesmo ano:

1. Reafirmam o seu compromisso de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, especialmente no que se refere ao desenvolvimento sustentável, equitativo e inclusivo, voltados não só para o crescimento econômico, mas também para a redução da pobreza e a preservação e aproveitamento sustentável dos recursos naturais renováveis ou não renováveis, para o qual a expansão do abastecimento de energia representa um aspecto fundamental para alcançar esses objetivos. Consideram que ainda existem desafios importantes para tornar realidade o desenvolvimento sustentável e para concretizar as mudanças necessárias para alcançá-lo.

2. Coincidem que a segurança energética é uma condição para o desenvolvimento dos países e para a qualidade de vida de seus habitantes.

3. Destacam que os países da América Latina dispõem de abundantes recursos energéticos renováveis e não renováveis, o que representa enormes oportunidades e responsabilidades para os países e seus governos.

4. Reconhecem que as energias renováveis provenientes de fontes hidrelétricas, biomassa, eólica e outras, e as melhorias no uso racional e a eficiência

energética contribuem com o desenvolvimento sustentável e permitem reduzir os impactos ambientais locais, a contaminação local e as emissões de gases de efeito estufa, ao mesmo tempo em que facilitam o acesso dos setores mais isolados e pobres à energia.

5. Assumem a vontade de incentivar a procura e o desenvolvimento de fontes de energias renováveis na região, como complemento ao nosso modelo energético. Nesse aspecto, as alternativas renováveis criarão interações com o uso racional e eficiente dos recursos não renováveis disponíveis como patrimônio energético dos países, com vistas ao desenvolvimento social e econômico sustentável das populações.

6. Concordam em incrementar e promover as oportunidades de cooperação e integração regional entre todos os países, atendendo as circunstâncias e as particularidades que cada um possui, com a finalidade de melhorar o uso racional da energia, ampliar o abastecimento de energia renovável e promover a cooperação tecnológica.

7. Destacam a importância de avançar na coordenação das políticas públicas no setor energético e impulsionar o desenho e a implantação de mecanismos de coordenação que promovam o desenvolvimento de energias renováveis e o uso racional da energia.

8. Consideram fundamental a expansão do financiamento dos projetos para o desenvolvimento de energias renováveis e do uso racional da energia. Solicitam aos organismos internacionais e regionais de financiamento a abertura de linhas de crédito especiais e fundos de cooperação para financiar investimentos nessa área.

9. Sublinham a necessidade de realizar as pesquisas necessárias e impulsionar o desenvolvimento tecnológico no campo das energias renováveis, assim como no uso racional da energia. Nesse sentido, apreciam com satisfação a iniciativa de estudar a criação de um Observatório Regional de Energias Renováveis e Uso Racional da Energia, com sede em Montevidéu, Uruguai, proposta pela ONUDI.

10. Finalmente, os Ministros e/ou Representantes dos Ministérios agradecem ao governo do Uruguai, à Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUUDI), a iniciativa e a oportunidade oferecida para realizar uma Reunião Ministerial Ibero-Americana sobre as energias renováveis e manifestam o interesse de promover uma nova reunião, incluindo, por sua importância, o uso racional da energia.

SETORIAL: INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

2006

CONFERÊNCIA: VIII CONFERÊNCIA MINISTERIAL IBERO-AMERICANA
DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

SECRETARIA PRO TEMPORE: INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO URUGUAI

CONTACTO:	Víctor Georgi / Cristina Álvarez	WEBSITE:	www.inau.gub.uy
CARGO:	Assessor do Ministro	ENDEREÇO:	18 de Julio, 1516 Montevideo Uruguay
E-MAIL:	inau@inau.gub.uy		
TELÉFONO:	(598-2) 400 5257/ 5267		
FAX:	(598-2) 408 6372		

SECRETARIA TÉCNICA: NÃO HÁ

SECRETARIA-GERAL IBERO-AMERICANA - SEGIB

CONTATO:	Leonor Esguerra Portocarrero	WEBSITE:	www.segib.org
CARGO:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	ENDEREÇO:	Paseo de Recoletos, 8 Madrid 28001 Espanha
E-MAIL:	lesguerra@segib.org		
TELEFONE:	(34-91) 590 1980 / 1995		
FAX:	(34-91) 590 1982		

REUNIÕES RECENTES

2006 VIII CONFERÊNCIA, MONTEVIDÉU, URUGUAI, 6-7 OUTUBRO

2005 VII CONFERÊNCIA, LEÓN, ESPANHA, 26-27 SETEMBRO

ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO ASSOCIADAS
ÁREA RESPONSÁVEL SEGIB: DIVISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

AGENDA IBERO-AMERICANA PARA A INFÂNCIA - PLANO DA AÇÃO	Sem desenvolvimento por parte do sistema, mas sim de forma individual por parte dos países. Falta análise de indicadores que estão sendo trabalhados pela UNICEF e OIT.
---	---

MENÇÕES NA DECLARAÇÃO DA XVI CÚPULA

Na Declaração consta reconhecimento e agradecimento pelas contribuições (parágrafo 8).

No Compromisso de Montevideú sobre Migrações e Desenvolvimento, também assinado na ocasião: "19. A proteção dos direitos das pessoas menores de idade deve fazer parte ativa dos grandes debates sobre migrações, assim como das políticas que sejam levadas a cabo pelos países ibero-americanos. É necessário incrementar esforços para assegurar às crianças e adolescentes imigrantes o acesso à educação e à saúde em igualdade de condições com os menores da sociedade receptora, independentemente de sua condição migratória, e evitar a migração não documentada de menores desacompanhados, assim como procurar seu retorno ao país de origem, quando esta tenha ocorrido."

O parágrafo 24. do Compromisso de Montevideú, que é parte integrante da Declaração da XVI Cúpula, também menciona a Declaração desta RMS, "em que se estabelecem e concertam políticas setoriais para os migrantes."

OBSERVAÇÕES

Participam desta RMS organismos internacionais como a UNICEF, a CEPAL e a OIT. Desde 2004 realiza-se um foro prévio com ONGs, cujas conclusões são apresentadas na RMS.

VIII CONFERÊNCIA MINISTERIAL IBERO-AMERICANA
DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

6-7 de outubro de 2006

DECLARAÇÃO DE MONTEVIDÉU

Tradução oficial assinada

“A migração e os seus efeitos sobre os direitos das crianças e dos adolescentes”

As Ministras, Ministros e Altos Responsáveis de Infância e Adolescência dos países da Ibero-América, reunidos em Montevidéu, Uruguai, nos dias 6 e 7 de outubro de 2006, reconhecemos que a migração apresenta desafios e oportunidades. No entanto, centramos a nossa preocupação na forma como determinados processos migratórios vulnerabilizam os Direitos das crianças e dos adolescentes, e expressamos as seguintes considerações e acordos:

Considerando:

1. Que sobre os Estados recai a responsabilidade primária da aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança e outros instrumentos internacionais que contribuem para estimular processos de reformas legislativas, institucionais e de política pública na Comunidade Ibero-Americana, dirigidas à promoção e proteção integral dos direitos de todas as crianças e adolescentes.

2. Que as políticas públicas destinadas à infância e à adolescência não devem fazer distinções entre crianças e adolescentes, qualquer que seja a sua nacionalidade, origem étnica, raça, cor, sexo, orientação sexual, idioma, religião, opinião, origem social, posição econômica, incapacidades físicas, psíquicas e sociais, ou de qualquer outra condição sua ou dos seus pais ou representantes legais¹.

¹ Guatemala, Nicarágua e República Dominicana não estão de acordo com a inclusão da expressão “orientação sexual”, em virtude deste termo não estar presente nas respectivas Constituições; tal fato não significa que exista discriminação “per se” desta condição nos adolescentes que chegam a esses países.

3. Que entre as principais causas das migrações que mais afetam os nossos países, assinalamos as diferenças sociais, a pobreza, a falta de oportunidades, a exclusão social e outras expressões de violência social, as quais configuram para um importante número de famílias e grupos de pessoas uma situação expulsiva dos seus territórios de origem, gerando a mudança para outros países, regiões ou zonas com maior crescimento econômico e maiores oportunidades de desenvolvimento laboral, social ou pessoal.

4. Que a mudança para lugares com mais oportunidades e maior desenvolvimento econômico nem sempre garante de forma equitativa e proporcional o acesso a melhores condições de vida dessas populações nem o direito aos serviços sociais elementares, acarretando a perda de capital humano, social e cultural nos países de origem, podendo dar lugar a violações dos direitos das crianças, adolescentes e suas famílias.

5. Que, entre os Direitos das crianças e adolescentes reconhecidos na Convenção, devem destacar-se entre outros o conhecimento e a utilização da língua materna, juntamente com o conhecimento e uso pleno das línguas próprias da comunidade de acolhimento, instrumento de comunicação e informação indispensável para a integração no seu novo ambiente e para a incorporação no sistema educativo.

6. Que as migrações de importantes núcleos de populações pertencentes à comunidade ibero-americana se realizam também para outras regiões, envolvendo nesta problemática Estados que não fazem parte da comunidade ibero-americana.

7. Que entre as múltiplas causas e modalidades que a mudança de pessoas reveste, se produzem ou encobrem delitos ligados ao tráfico, qualquer seja o seu fim: exploração sexual comercial, pornografia infantil, narcotráfico, venda de órgãos e pessoas, especialmente de crianças e adolescentes, situações que afetam gravemente os direitos fundamentais das vítimas e para cuja erradicação é imprescindível a cooperação conjunta e coordenada dos Estados.

8. Que o tráfico de pessoas, em particular de crianças, adolescentes e as suas famílias, e a migração irregular continuam a ser um desafio a superar para toda a humanidade e requerem uma resposta internacional concertada.

9. Que a vulnerabilidade das crianças e adolescentes migrantes os expõe a variadas formas de violência e exploração econômica -entre elas as piores formas de trabalho infantil- comprometendo o seu desenvolvimento e o da comunidade.

10. Que garantir os direitos da infância e da adolescência é um imperativo ético, político, social, jurídico e econômico de todos os Estados, sociedades e famílias, e uma das estratégias mais efetivas para atacar as causas da pobreza, da exclusão social e das desigualdades.

11. Que a imposição de leis de efeitos extraterritoriais e medidas unilaterais contrárias ao Direito Internacional e à Carta das Nações Unidas, obstaculiza o desenvolvimento econômico e social dos países afetados e, particularmente, o cumprimento efetivo dos direitos das crianças e dos adolescentes.

12. Que os países devem contar com políticas migratórias com enfoque nos direitos humanos e estas devem harmonizar-se com as políticas públicas e sociais dirigidas às crianças e adolescentes e suas famílias.

13. Que esta Declaração ratifica os Compromissos dos nossos Estados, estabelecidos na Agenda Ibero-Americana para a Infância e a Adolescência e o correspondente Plano de Ação, bem como o conteúdo das sucessivas Conferências Ibero-Americanas de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e da Adolescência, na Declaração do Milênio, nas Resoluções da Assembléia Geral das Nações Unidas, na Declaração e no Plano de Ação contidos em *“Um Mundo Apropriado para as Crianças”*.

Acordamos e nos comprometemos a:

1. Incluir nas políticas, programas e ações públicas, os direitos estabelecidos na Convenção sobre os direitos da criança e em outros instrumentos internacionais relativos à proteção dos Direitos das crianças e dos adolescentes migrantes, com especial consideração pelo princípio do seu interesse superior, salientando a perspectiva de gênero, evitando todas as formas de discriminação, seja por etnia, raça ou deficiência, promovendo a participação efetiva de crianças e adolescentes, o fortalecimento da família e a igualdade de oportunidades.

2. Impulsionar e desenvolver políticas públicas migratórias de integração nos países de trânsito e de acolhimento, para cumprir os compromissos acordados pelos países ibero-americanos em favor das crianças e adolescentes através do investimento social público mais equitativo, eficaz e eficiente, que garanta o direito à cobertura universal e de qualidade dos serviços sociais básicos, particularmente os relativos à nutrição, saúde, educação e habitação digna.

3. Incorporar de forma especial nos sistemas de proteção e promoção social as crianças e adolescentes migrantes não acompanhados, que se encontrem em situação de vulnerabilidade, de pobreza e de exclusão social.

4. Reconhecer as diversidades culturais na base do respeito mútuo e da valorização das diferenças, como uma contribuição para o desenvolvimento de uma cultura de paz.

5. Em todos os Estados envolvidos em processos migratórios devem prevalecer condições que favoreçam uma maior harmonia, tolerância e respeito entre os migrantes e o restante da sociedade nos países de trânsito ou de destino, tendentes a eliminar as manifestações de racismo, xenofobia e outras formas conexas de intolerância dirigidas contra os migrantes, incluídos os membros das suas famílias.

6. Fortalecer as famílias mediante a implementação de políticas sociais e econômicas no domínio do emprego e do investimento em capital humano, especificamente através do desenvolvimento de programas dirigidos à infância e à adolescência, com o propósito de oferecer às famílias as oportunidades e condições para poderem cumprir o seu papel como unidade básica de formação, garantia e proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

7. Combater as principais causas das migrações de crianças e adolescentes ibero-americanos relacionadas com as desigualdades sociais, o desemprego, a pobreza e a exclusão, a exploração, bem como outras formas de violência e sua reprodução intergeracional.

8. Promover, em todos os Estados envolvidos em processos migratórios, a mobilização da sociedade de forma positiva em favor das populações migran-

tes, mediante ações de sensibilização da opinião pública contra a xenofobia e outras formas de intolerância.

9. Implementar mecanismos de cooperação técnica internacional, aumentar e acelerar os esforços e o investimento para cumprir os acordos estabelecidos, especialmente no que refere à população infantil e adolescente mais vulnerável e desfavorecida.

10. Que os países ibero-americanos garantam o direito das crianças e adolescentes à informação, tradução ou interpretação nas suas línguas de origem.

11. Que os países ibero-americanos aceitem o compromisso de formar e sensibilizar em Direitos Humanos os funcionários e voluntários responsáveis pela intervenção junto às crianças e adolescentes migrantes e suas famílias.

12. Que os países ibero-americanos aprovelem alinhamentos regionais consensualizados, sistemas de informação e protocolos para a proteção especial nos casos de retorno de crianças e adolescentes vítimas do tráfico de pessoas.

13. Elaborar acordos de cooperação internacional, regional e bilateral, para desenvolver programas interinstitucionais e intersetoriais que abordem as causas e conseqüências das migrações, e encontrar soluções para os problemas gerados por este fenômeno que afeta as crianças e os adolescentes e suas famílias, tanto nos países de origem como nos de trânsito e de destino.

14. Aumentar a coordenação interinstitucional e intersetorial em cada país, como forma de proteger as crianças e os adolescentes de todas as formas de exploração sexual comercial, manifesta e encoberta por outras atividades (turismo com fins de exploração sexual, por exemplo) e a utilização da Internet como meio para a divulgação da pedofilia e da pornografia infantil e adolescente.

15. Promover reformas, adaptações e harmonização legislativas tendentes a garantir o acesso aos sistemas de proteção social e serviços básicos para crianças e adolescentes migrantes e suas famílias, em igualdade de condições com o conjunto da restante população.

16. Proteger o direito à identidade das crianças e dos adolescentes migrantes de, para ou entre os nossos países, estabelecendo como meta a erradicação dos sub-registros de nascimentos e assegurar o acesso à documentação de identidade.

17. Propor à troika encarregada de organizar a IX Conferência Ibero-Americana que se realizará no Chile, adequar o Plano de Ação e Agenda Ibero-Americana para a infância e adolescência, a fim de incorporar os assuntos emergentes e os acordos resultantes das cimeiras realizadas depois de 2001.

Finalmente:

Propor aos Chefes de Estado:

- Que instruem a Secretaria-Geral Ibero-Americana para que, em colaboração com a OIT, a UNICEF e a CEPAL, apresente na IX Conferência Ibero-Americana de Ministros, Ministras e Altos Responsáveis de Infância e Adolescência, um relatório de seguimento das metas estabelecidas no Plano e Agenda Ibero-Americana elaborados em Lima, no ano de 2001.

- Que articulem ações com outros Estados não pertencentes à comunidade ibero-americana, a fim de garantir os plenos direitos das crianças e dos adolescentes ibero-americanos residentes nos seus territórios.

- Que expressem a preocupação da Comunidade Ibero-Americana pela não ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança pelos Estados Unidos da América, dado que constitui destino de importantes correntes migratórias de crianças, adolescentes e suas famílias, oriundos dos nossos respectivos países.

Solicitar:

À Secretaria Pro Tempore da Cimeira que estude uma proposta de criação na Secretaria-Geral Ibero-Americana, de uma área de trabalho específica para a infância e a adolescência, com o fim de coordenar e dar seguimento de forma sistemática aos acordos e declarações surgidos das cimeiras ibero-americanas.

Agradecemos:

Ao Foro de ONGs as contribuições prestadas a partir do III Foro, assim como o seu compromisso constante com a infância e a adolescência ibero-americanas.

Ao Governo do Chile a sua disponibilidade para ser a Sede da IX Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis de Infância e Adolescência.

Ao *"Instituto del Niño y Adolescente"* do Uruguai, INAU, pela organização desta Cimeira e pela qualidade do acolhimento e hospitalidade com que nos recebeu.

SETORIAL: JUSTIÇA

2006

CONFERÊNCIA: XV CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DE JUSTIÇA DOS
PAÍSES IBERO-AMERICANOS (CMJPI)

SECRETARIA PRO TEMPORE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO URUGUAI (acumula a Pasta da Justiça)

CONTATO:	Felipe Michellini	ENDEREÇO:	Reconquista, 535
CARGO:	Subsecretário		esquina Ituzaingó
E-MAIL:	secretariaministro@mec.gub.uy		Montevideo 11100
TELEFONE:	(598-2) 916 1205		Uruguay
FAX:	(598-2) 916 1048		

SECRETARIA PAÍS-SEDE: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DA ESPANHA

CONTATO:	Cristina Latorre
CARGO:	Directora General de Justicia y Cooperación Internacional
TELEFONE:	(34-91) 390 4444
FAX:	(34-91) 390 4423

SECRETARIA TÉCNICA: CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE MINISTROS DE JUSTIÇA (Organismo Internacional)

	Víctor Moreno Catena - Secretario General	FAX:	(34-91) 390 4423
CONTATO:	Juan Arroyo	ENDEREÇO:	San Bernardo, 45
CARGO:	Asistente del Secretario General		Madrid 28015
E-MAIL:	secretaria-general.cmjpi@mjusticia.es		España
TELEFONE:	(34-91) 390 4444		

SECRETARIA-GERAL IBERO-AMERICANA - SEGIB

CONTATO:	Leonor Esguerra Portocarrero	WEBSITE:	www.segib.org
CARGO:	Subdirectora, División de Reuniones Ministeriales Setoriais	ENDEREÇO:	Paseo de Recoletos, 8
E-MAIL:	lesguerra@segib.org		Madrid 28001
TELEFONE:	(34-91) 590 1980 / 1995		Espanha
FAX:	(34-91) 590 1982		

REUNIÕES RECENTES

2006 XV CONFERÊNCIA, LAS PALMAS, ILHAS CANÁRIAS, ESPANHA, 28-29 SETEMBRO

2005 NÃO HOUE

ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO ASSOCIADAS – ÁREA RESPONSÁVEL SEGIB: GABINETE

IBERREDE: Rede Ibero-Americana de Cooperação Judicial <http://www.iberred.org/>

MENÇÕES NA DECLARAÇÃO DA XVI CÚPULA

"16. Saudamos os trabalhos da XV Conferência de Ministros da Justiça dos países ibero-americanos em relação à reforma e ao acesso à justiça, à implementação de novas tecnologias, à delinquência organizada transnacional e ao tratamento integral da violência de gênero. Destacamos os avanços alcançados pela Rede Ibero-Americana de Cooperação Jurídica Internacional (IberRede), como instrumento fundamental da cooperação jurídica ibero-americana e saudamos os trabalhos da Cúpula Judicial para a adoção do Código Ibero-Americano de Ética e a criação da Comissão de Ética Judicial."

OBSERVAÇÕES

Esta RMS é convocada a cada dois anos e, no ínterim, reúne-se a Comissão Delegada –órgão desta Conferência-integrada por 5 membros eleitos ad hoc.

**XV CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA JUSTIÇA DOS PAÍSES
IBERO-AMERICANOS**

ATA FINAL

Tradução oficial assinada

A convite do Ministro da Justiça da Espanha, em representação do seu Governo, realizou-se em Las Palmas, nos dias 28 e 29 de setembro de 2006, a XV Conferência dos Ministros de Justiça dos Países Ibero-Americanos.

Estiveram presentes: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Espanha, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, conforme lista que se junta em Anexo (I) à presente Ata.

O Exmo. Sr. Juan Fernando López-Aguilar, Ministro da Justiça da Espanha, foi eleito, por unanimidade, Presidente da Conferência.

Foram eleitos Vice-Presidentes, o Subsecretário de Estado da Educação e Cultura da República Oriental do Uruguai, Dr. Felipe Michelini, e o Secretário da Reforma do Judiciário do Brasil, Dr. Pierpaolo Bottini.

A Conferência foi assistida pela Secretária-Geral interina, Dra. Cristina Latorre Sancho.

A proposta da agenda da Ordem do Dia foi aprovada (Anexo II).

A Secretária-Geral apresentou um documento (Anexo III) sobre as atividades da Conferência desde a XIV reunião, que teve lugar em Fortaleza, Brasil, em 2004.

A CONFERÊNCIA, tendo examinado a Informação da Secretária-Geral; considerando os documentos de base que foram apresentados, em particular as recomendações (Anexo IV) provenientes do Comitê de Peritos da Conferência; e tendo em conta os debates que tiveram lugar durante as sessões realizadas,

REAFIRMA o seu apoio aos princípios que inspiraram a sua criação e verificou com satisfação que os Governos de cada um dos Países que a integram mostram um crescente interesse nas suas atividades. Manifesta também o seu propósito de continuar a promover a colaboração, em matéria jurídica, entre os membros da Comunidade Ibero-Americana das Nações, e:

1.- Quanto aos PROCESSOS DE REFORMA DA JUSTICA

Tendo em conta os trabalhos de peritos da Secretaria-Geral e do Brasil assim como a informação prestada pelos diferentes países sobre os processos de Reforma da Justiça no âmbito ibero-americano; tendo em conta as reuniões sobre este tema organizadas pela Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos e especialmente a realizada em Santa Cruz de la Sierra (Bolívia) entre os dias 3 e 7 de abril de 2006, assim como o teor do documento elaborado pelos peritos, o qual se junta em anexo (Anexo V) e as considerações dos Pontos de Contato da Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos, reunidos em Madrid em julho de 2006,

Tendo em conta que a Reforma da Justiça deve ser considerada como política de Estado e coordenada pelos Ministérios da Justiça ou responsáveis em prosseguir as políticas públicas nos sistemas da Justiça,

I.1-RECOMENDA,

Que a definição das políticas no setor da Justiça, consideradas como um sistema integrado por diferentes operadores, tenham em consideração acordos de Estado ou reproduzam, sempre que seja possível, acordos políticos a longo prazo, baseados em projetos realistas e viáveis que coordenem todas as instituições que pertençam ao setor, procurando que os recursos económicos destinados aos mesmos sejam suficientes, levando em consideração as solicitações da sociedade civil.

Que a Administração da Justiça no seu conjunto seja considerada como uma prerrogativa do Estado acentuando a sua vertente de serviço público.

Que exista uma coordenação e articulação para um uso eficiente dos recursos da cooperação internacional, implementando instrumentos que permitam a monitorização e acompanhamento do impacto destes recursos.

Que exista formação permanente para a melhoria da qualidade dos operadores do sistema da Justiça procurando fortalecer a coordenação interinstitucional e, paralelamente, que seja contemplada a consolidação das Faculdades de Direito, de modo a que a formação das futuras gerações de juristas seja adequada à qualidade que o sistema da Justiça requer.

Que se fortaleçam devidamente as componentes menos apuradas do sistema de justiça, tais como os serviços públicos de defesa, de forma a garantir a igualdade entre as partes, ou do setor penitenciário para a tutela dos direitos dos reclusos.

Que se promovam políticas de fortalecimento e implementação de mecanismos extrajudiciais para a resolução de conflitos.

Que a existência de cidadãos conscientes dos seus direitos contribui para a construção de uma sociedade que valoriza espaços de organização, associativismo e integração civil, favorecendo, conseqüentemente, a natureza democrática dos Estados;

Que se continue a avançar no estudo dos mecanismos de reconhecimento e articulação do Direito Indígena dentro dos sistemas jurídicos nacionais, sempre no respeito pelos direitos fundamentais definidos por estes sistemas e pelos direitos humanos internacionalmente reconhecidos.

1.2. Para isso, É CONVENIENTE,

Recomendar à Secretaria-Geral a formação de um grupo de trabalho para o estudo das reformas dos sistemas de Justiça dos países ibero-americanos com o fim de:

Sistematizar as experiências de reforma (constitucionais, legais e administrativas) e avaliar os efeitos concretos das mesmas, (positivos e negativos) oferecendo um panorama amplo quanto à situação dos países da Conferência.

Desenvolver e apresentar sugestões de práticas de cooperação para o intercâmbio de experiências e execução de políticas judiciais.

Desenvolver sistemas estatísticos com indicadores harmonizados que permitam identificar e diagnosticar o funcionamento do setor da Justiça.

1.3. Para tal, SOLICITA à Secretaria-Geral que continue com esta linha de trabalho e organize reuniões deste grupo de trabalho com peritos de cada país para implementar as recomendações anteriores.

2. Quanto ao ACESSO À JUSTIÇA, todos os países membros da Conferência agradecem e reconhecem ao Governo do Chile o esforço realizado na organização e celebração em Santiago do Chile, de 26 a 28 de outubro de 2005, do *“I Foro Ibero-Americano de Acesso à Justiça”*, em cumprimento do mandato emanado da XIV Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos de Fortaleza, assim como reconhecem o seu extraordinário trabalho quanto aos resultados obtidos.

2.1. Para tal, ENTENDE-SE CONVENIENTE dar prioridade à agenda de reforma do setor da Justiça para fortalecimento do acesso à Justiça, com especial ênfase nos mais pobres e desfavorecidos, considerando que:

Um melhor acesso à Justiça é um fator que incide significativamente na erradicação da pobreza e permite condições favoráveis para melhorar o desenvolvimento humano, assim como fortalece a credibilidade no sistema da Justiça e, por conseguinte, consolida a governabilidade democrática;

Para que as ações tendentes a melhorar o acesso à Justiça tenham um impacto benéfico para a população, é necessário que elas sejam planificadas e fundamentadas em informações fiáveis sobre as necessidades da população nesta matéria e coordenadas - ou seja, é preciso contar com uma política pública de acesso à justiça como uma área prioritária da agenda do Governo.

2.2. RECOMENDA:

Realçar a importância que os Ministérios da Justiça e outros organismos adscritos à Conferência estudem a possibilidade de criar serviços ou instâncias com o fim de conceber, implementar e avaliar políticas públicas vinculadas à temática de acesso à Justiça.

Impulsionar uma maior proximidade entre as instituições dos sistemas da Justiça e os cidadãos, apostando na clarificação da linguagem e em uma maior transparência e publicidade das atuações judiciais.

Garantir através de normativa interna e com rigor institucional que contemple um orçamento determinado na despesa social de cada Estado, suficiente para cobrir as necessidades da população mais carente deste tipo de serviços sem prejudicar a qualidade dos serviços prestados.

Incrementar a participação do utente na concepção e execução das políticas da Justiça através de espaços de educação em direitos e a introdução de mecanismos participativos de resolução de conflitos.

Impulsionar os mecanismos da Justiça reparadora.

2.3. **CONCORDAM** em que determinar a qualidade de um serviço consiste também em poder servir de modo adequado uma população alvo, adaptando o tipo de prestação em função das particularidades de cada caso.

2.4. **RECONHECEM** que:

É necessário potenciar a aliança estratégica existente entre as instituições públicas e privadas em prol do acesso à Justiça, que se tem observado com maior nitidez em algumas experiências concretas na criação de redes, cuja finalidade é a coordenação dos serviços de Justiça, e assentes em princípios como a universalidade, acessibilidade, qualidade, empatia, melhoramento contínuo, envolvimento e participação.

As políticas de Acesso à Justiça tenham em conta os direitos consagrados na Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas.

É necessário melhorar o acesso à Justiça das mulheres dos países ibero-americanos com políticas públicas claras e institucionalizadas, que permitam o diagnóstico e a implementação de medidas destinadas a erradicar as práticas discriminatórias enraizadas nas sociedades.

É necessário realizar o reconhecimento da identidade e da história das culturas originárias, no acesso à Justiça.

2.5. Como corolário das experiências prévias e durante o I Foro Ibero-Americano sobre Acesso à Justiça, CONCORDAM em que é necessário continuar a tarefa de divulgar boas práticas, criar instrumentos para conceber políticas públicas de acesso à Justiça e coordenar ações de cooperação horizontal entre os países ibero-americanos em matéria de acesso à Justiça.

2.6. Para isso, RECOMENDA à Secretaria-Geral procurar que os países Ibero-americanos iniciem ou fortaleçam laços de cooperação horizontal em matéria de acesso à Justiça e, com o Governo do Chile, procurarão neste próximo período desenvolver e implementar mecanismos adequados através dos quais se materializem esses processos de cooperação, desenvolvendo seguidamente uma Proposta de Plano de Ação sobre o acesso à justiça e cooperação para Ibero-América, tendo juntamente em consideração as conclusões do Primeiro Foro Ibero-Americano de Acesso à Justiça.

3. No que se refere à INTRODUÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA, CONCORDA que é necessário tornar os processos mais céleres e eficazes e,

3.1. RECOMENDA

Que haja uma aposta decisiva na introdução de novas tecnologias no sistema de Justiça, especialmente a nível de gestão da tramitação pro-

cessual, na administração dos tribunais e nos demais serviços públicos da Justiça; nos sistemas nacionais de registros públicos; no sistema penitenciário; e que se vise à constituição de bases de dados jurisprudenciais, essencialmente em temas de cariz constitucional.

Que a Secretaria-Geral promova o intercâmbio de experiências inovadoras nacionais organizando encontros para intercâmbio da informação sobre projetos de inovação tecnológica que possam ter utilidade para o resto dos países-membros da Conferência.

A Conferência reconhece o esforço e a disponibilidade do Ministério da Justiça de Portugal para esta divulgação e o apoio para levar à prática estes projetos e, em especial, destaca o interesse da apresentação de Portugal sobre a utilização no seu sistema penitenciário de sistemas de vigilância eletrônica como alternativa ao sistema de prisão tradicional.

4. No que se refere à continuação dos trabalhos na linha definida na XIV Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos que teve lugar em Fortaleza em 2004 sobre CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL,

Tendo em conta os documentos de trabalho das diferentes delegações nacionais e os encontros tidos entre os representantes, peritos e coordenadores, em particular os encontros de Cartagena de Índias (Colômbia) e de Madrid (ambos em 2006), relativos às figuras criminais da delinquência transnacional;

Atendendo às experiências internacionais, concretamente os avanços que tiveram lugar em foros internacionais, em matéria de delinquência transnacional e adotando como próprios os enunciados aceites pelos nossos Chefes de Estado e de Governo em matéria de terrorismo;

4.1. RECOMENDA

Ratificar os Tratados e Convenções internacionais ou regionais, relativos à luta contra a delinqüência organizada transnacional e, nas áreas da sua aplicação, a avaliação das necessidades de medidas de assistência técnica nos diferentes países.

Impulsionar e pôr em prática os mecanismos de cooperação internacional consagrados nas diferentes convenções, avaliando como referência a viabilidade dos modelos face à experiência comparada.

Promover a identificação de elementos comuns para a harmonização dos tipos criminais previstos nas referidas convenções.

Destacar a importância da coordenação entre as diferentes instituições competentes para a prevenção, a investigação e a repressão da criminalidade transnacional organizada.

4.2. Para tal, ENCARREGA à Secretaria-Geral a criação de um grupo de trabalho no âmbito da Conferência para aprofundar o tratamento do processo relativo às anteriores recomendações, tendo em conta a grande complexidade identificada nos trabalhos preparatórios, particularmente nos tipos criminais relativos ao tráfico ilícito de pessoas em todas as suas modalidades, e de delinqüência juvenil organizada.

5. Quanto à COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL, VERIFICA-SE o dinamismo e os bons resultados da nova estrutura de cooperação da IberRede, contribuindo na luta contra as formas mais graves de delinqüência transnacional.

FELICITA a criação do web site da IberRede, realçando a sua importância enquanto ferramenta prática de divulgação institucional e de integração dos pontos de contato.

5.1. RECOMENDA continuar a promoção e a difusão da IberRede como instrumento complementar da atividade das autoridades centrais, quer em matéria penal, quer civil.

5.2. Por estas razões, PROPÕE à Secretaria-Geral que, através da IberRede, continue a colaboração com outras redes de cooperação jurídica internacional e organismos, e fomente a difusão de normas e instrumentos convencionais no âmbito da cooperação jurídica internacional.

5.3. ENCOMENDA ao Grupo de Trabalho da IberRede analisar a viabilidade de incluir tecnologias informáticas.

6. No que respeita à questão da VIOLÊNCIA DE GÊNERO lembra que esta matéria é considerada como ação prioritária no âmbito das Nações Unidas, assim como em outras organizações internacionais. Por estes motivos, e tendo em conta os princípios da Convenção de Belém do Pará (Brasil), de 9 de junho de 1994, para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher, a XV Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos:

6.1. DESEJA que a luta contra a violência de gênero abranja as mulheres que sofram violência de qualquer espécie em virtude do seu gênero, sem distinção de idade, raça ou condição social, e abrange diversos tipos de ações e de políticas públicas.

Considerando que o responsável pela criação dos mecanismos da luta contra a violência de gênero é o Estado, sem prejuízo do reconhecimento do importante trabalho neste campo da sociedade civil,

6.2. RECOMENDA, no âmbito das competências da Conferência, trabalhar no prosseguimento dos seguintes compromissos:

Apoiar as iniciativas tendentes a diminuir a impunidade destes delitos, propondo, quando seja adequado aos agressores, medidas complementares que permitam a reeducação e reabilitação do mesmo.

Favorecer a prevenção da conduta agressiva contra a mulher.

Instar a criação de procedimentos penais e civis unificados e expeditos para dar uma resposta judicial atempada e efetiva que evite a dupla vitimação.

Quando estejam previstos procedimentos alternativos de conciliação e mediação neste campo, deve procurar-se que estes mecanismos sejam adequados para a solução destes conflitos e que se possibilite um acompanhamento técnico e jurídico à vítima, para superar os desequilíbrios existentes.

Apostar e participar na melhoria do funcionamento da administração da Justiça no tratamento das vítimas sujeitas à violência de gênero.

Estimular e promover a criação de serviços para o apoio à vítima de violência de gênero, para que possa aceder ao aconselhamento sobre os recursos públicos de assistência, e onde se possa levar a cabo um trabalho de acompanhamento das medidas judiciais adotadas relativamente a cada caso.

Promover a sensibilização e a formação especializada dos operadores jurídicos em relação aos problemas relacionados com a violência de

gênero e as medidas legislativas ou executivas adotadas pelos poderes públicos para sua eliminação.

Favorecer a criação de um Observatório de Violência de Gênero.

6.3.- INSTAR a Secretaria-Geral a prestar o seu apoio técnico perante os requerimentos apresentados pelos Estados Membros para a aplicação das recomendações formuladas e compilar os preceitos jurídicos adotados nos diversos países sobre violência de gênero.

7. Reconhece-se o trabalho do México e da Secretaria-Geral em matéria de ESTUDO DA REFORMA DA JUSTIÇA PENAL e especialmente o trabalho recentemente iniciado sobre a situação jurídica da vítima no processo penal, INSTANDO ao desenvolvimento do mesmo, no âmbito da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos.

8. No tocante à RATIFICAÇÃO DO TRATADO CONSTITUTIVO DA CONFERÊNCIA, a Conferência toma nota da informação da Secretária-Geral interina e EXORTA os Países Participantes que ainda não o tenham ratificado, a implementar os trâmites internos para a sua ratificação, com o objetivo de alcançar a plena ratificação do Tratado Constitutivo a tempo da celebração da XVI Conferência.

9. Por último, os Estados-membros da Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos INSTAM a Secretaria-Geral a:

9.1. Subscrever um Acordo de Sede com a Espanha.

9.2. Elaborar um Regulamento da Organização que inclua o seu funcionamento operacional, o regime financeiro da Conferência, com base nas contribuições voluntárias dos Estados, e outros aspectos de interesse da própria Conferência.

9.3. Subscrever um Memorando de Entendimento com a Secretaria-Geral Ibero-Americana de modo a inserir-se institucionalmente no mecanismo das Cúpulas Ibero-Americanas dos Chefes de Estado e de Governo.

9.4. Levar estas conclusões à Cúpula de Chefes de Estado e de Governo através da Secretaria Pro Tempore das Cúpulas, presidida pela República Oriental do Uruguai.

A CONFERÊNCIA procedeu à designação dos cinco países que deverão integrar a Comissão Delegada, sendo eleitos Costa Rica, Honduras, Paraguai, Portugal e a República Oriental do Uruguai. A Conferência agradece a oferta da República Oriental do Uruguai para organizar a próxima reunião da Comissão.

Foi eleito por aclamação Secretário-Geral, o Dr. Victor Moreno Catena, da Espanha. Nestes termos acordou-se designar como Secretários-Gerais Adjuntos o representante de Portugal Dr. Miguel Romão, do México Dr. Guillermo Valls, um representante do Chile, e para reforçar o acompanhamento dos acordos assumidos na presente XV Conferência de Las Palmas de Gran Canaria, a Dra. Cristina Latorre, da Espanha.

A Conferência agradece e aceita a disponibilidade da Dra. Laura Chinchilla Miranda, Vice-Presidente da República e Ministra da Justiça da Costa Rica para organizar a XVI Conferência em S. José, durante o ano de 2008. A Conferência aceita e agradece o convite.

FINALMENTE, a Conferência agradece à população e às autoridades da Espanha, e à cidade de Las Palmas de Gran Canaria e, em particular, ao Ministro da Justiça, Dr. Juan Fernando López-Aguilar, o apoio prestado na XV Conferência para que esta tenha atingido os seus objetivos de colaboração solidária.

Esclarece-se que o valor da assinatura desta Ata pelos senhores participantes terá em conta as limitações estabelecidas nos ordenamentos jurídicos de cada país.

SECRETARIA PRO TEMPORE: COMITÊ NACIONAL DA UNIÃO DE JOVENS COMUNISTAS DE CUBA (UJC)

CONTATO:	Julio Martínez	ENDEREÇO:	Avda. de las Misiones, 5 y 7
CARGO:	Secretario-General de la UJC		Habana Vieja
E-MAIL:	ri@ujc.org.cu / ujcri@ujc.org.cu		La Habana
TELEFONE:	(53-7) 867 0220 / 867 0216		Cuba
FAX:	(53-7) 860 1540		

SECRETARIA TÉCNICA: OIJ - ORGANIZAÇÃO IBERO-AMERICANA DE JUVENTUDE

CONTATO:	Eugenio Ravinet	WEBSITE:	www.oij.org
CARGO:	Secretario General		
E-MAIL:	eravinet@oij.org	ENDEREÇO:	Paseo de Recoletos, 8
TELEFONE:	(34-91) 590 19 80		Madrid 28001
			Espanha

SECRETARIA-GERAL IBERO-AMERICANA - SEGIB

CONTATO:	Leonor Esguerra Portocarrero	WEBSITE:	www.segib.org
CARGO:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	ENDEREÇO:	Paseo de Recoletos, 8
E-MAIL:	lesguerra@segib.org		Madrid 28001
TELEFONE:	(34-91) 590 1980 / 1995		Espanha
FAX:	(34-91) 590 1982		

REUNIÕES RECENTES

2006 XIII CONFERÊNCIA, HAVANA, CUBA, 19-20 OUTUBRO

2005 REUNIÃO DE PLENIPOTENCIÁRIO (EXTRAORDINÁRIA), BADAJOZ, ESPANHA 10-11 OUTUBRO

ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO ASSOCIADAS
ÁREA RESPONSÁVEL SEGIB: DIVISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO COM O HAITI Assinado em 2006 entre SEGIB, OIJ e Ministério da Juventude, Esportes e Ação Cívica do Haiti, durante a XIII Conferência

MENÇÕES NA DECLARAÇÃO DA XVI CÚPULA

"12. Reconhecemos o trabalho da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ) no desenvolvimento da segunda fase do Plano Ibero-Americano de Cooperação e Integração da Juventude, que concentra, de forma preferencial, sua atenção na construção de indicadores comuns que permitam conhecer o estado da situação regional e sirvam de apoio à orientação das políticas públicas naqueles temas de maior urgência que afetam a juventude."

"37 ... Sublinhamos a necessidade de cooperar decididamente em prol do desenvolvimento econômico e social do Haiti como via para garantir a paz e a estabilidade duradoura naquele país."

Para isso, solicitamos à SEGIB que colabore na coordenação dos esforços e dos programas de cooperação dos distintos países ibero-americanos com o Haiti. ..."

O parágrafo 24. do Compromisso de Montevideu sobre Migrações e Desenvolvimento, que é parte integrante da Declaração da XVI Cúpula, também menciona a Declaração desta RMS, "em que se estabelecem e concertam políticas setoriais para os migrantes."

OBSERVAÇÕES

Esta RMS realiza-se com frequência bienal, coincidindo com a Assembléia Geral da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ).

XIII CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE MINISTROS DE JUVENTUDE

Havana, 19 e 20 de outubro de 2006

Tradução não oficial

Como resposta ao convite feito pelo Governo da República de Cuba, e conforme a convocatória formulada pela Presidência do Conselho Diretivo da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), exercida pelo Conselho Nacional da Juventude da República do Peru, (CONAJU), os Ministros, Ministras e/ou Altos Responsáveis de Juventude, nos reunimos sob a Presidência de Honra de D. Julio Martínez, Primeiro Secretário do Comitê Nacional da União de Jovens Comunistas de Cuba.

Como consequência das deliberações da XIII Conferência Ibero-Americana de Ministros de Juventude, resolvemos emitir a seguinte.

DECLARAÇÃO FINAL

A Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), manifesta seu compromisso com o processo de consolidação da Comunidade de Estados Ibero-Americanos, potenciando sua atuação em matéria juvenil. A juventude é um setor essencial de nossa cidadania e o objetivo do desenvolvimento da nossa comum identidade, baseada na diversidade de nossos Estados, nações e povos. Necessita, portanto, de uma atenção global, abrangendo todas suas dimensões, reconhecendo o papel fundamental das Cimeiras Ibero-Americanas.

Consideramos a juventude como um elemento de mudança e transformação social, assim como uma etapa com essência própria no processo de desenvolvimento pessoal, que deve ser vivida plenamente e com o pleno exercício de seus direitos.

Nesta ordem de idéias, a juventude deve ser considerada pelas instituições públicas como um ator estratégico de desenvolvimento, capacitado para aportar a construção de um presente e um melhor futuro para todos e todas.

Portanto, os governos estão chamados a atender às necessidades juvenis, para seu processo de construção pessoal, removendo os obstáculos sociais que levam a juventude a ser um grupo populacional com menores oportunidades na sociedade.

Ante os desafios que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio supõem para a nossa região, os esforços da OIJ orientam-se à construção de um mundo de paz, bem-estar e igualdade social no marco do desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, a firma e o processo de ratificação da Convenção Ibero-Americana de Direitos da Juventude e a elaboração de um Plano de Cooperação e Integração da Juventude na América Latina, constituem passos decisivos na luta contra a pobreza e a exclusão social.

Os múltiplos desafios e objetivos que compartilhamos, levam-nos a impulsionar o compromisso dos estados membros a um trabalho com a juventude da região, nos seguintes termos:

1. Instará os governos à aplicação e fomento de medidas concretas que permitam a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) no prazo estabelecido, tendo em conta a participação da juventude.

2. Rechaçar a aplicação de leis com efeitos extraterritoriais e medidas coercivas de caráter unilateral contrárias ao Direito Internacional e à Carta das Nações Unidas, que obstruem o desenvolvimento econômico e social, a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) nos países afetados e, em particular, o cumprimento efetivo dos direitos dos jovens.

3. Impulsar a ratificação da Convenção Ibero-Americana de Direitos da Juventude, já que constitui um importante marco de salvaguarda jurídica para a consecução de umas condições de vida integralmente proveitosas para seu desenvolvimento em todas as suas dimensões.

4. Concretizar, nos prazos estabelecidos e da maneira mais participativa possível, o desenho do Plano de Cooperação e Integração da Juventude na América Latina, segundo o mandato recebido da Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo (Salamanca 2005).

5. Compartilhar um modelo unificado e racionalizado de estatísticas e indicadores em matéria de juventude, que nos permita ter um conhecimento homogêneo, exaustivo, explicativo e simples da realidade juvenil.

6. Promover o reconhecimento do papel fundamental da mulher e dotá-la de ferramentas suficientes para sua emancipação em pé de igualdade. A realidade da mulher jovem será tida em conta em todas e cada uma das atuações da OIJ, de forma transversal, como estratégia de superação de situações de desigualdade e risco de exclusão social.

7. Contribuir aos processos de elaboração e aplicação de políticas, programas e ações destinados à atenção da juventude rural, com ênfase no Programa de Fortalecimento Institucional em Políticas Públicas de Juventude Rural, que vem implementando a OIJ com o apoio da cooperação internacional.

8. Impulsar e fortalecer ações que promovam o desenvolvimento com identidade e pertinência cultural da juventude, especialmente a juventude indígena e outras comunidades com identidade própria, como a afro-descendente, introduzindo-se como componente essencial da planificação e atuação da OIJ, e estabelecendo alianças com organismos, agências e outras entidades especializadas em matéria de desenvolvimento destes povos e comunidades.

9. Desenvolver instrumentos que permitam desenhar políticas conjuntas entre países emissores, receptores e de trânsito em matéria de migração onde o eixo central seja o respeito e a dignidade humana.

10. Estabelecer atuações que velem pelo direito à saúde sexual e reprodutiva dos jovens, assim como a educação sexual com sentido de responsabilidade na prevenção da gravidez não planejada e das infecções de transmissão sexual, com especial atenção ao HIV-AIDS.

11. Potenciar a criação e o reconhecimento de estruturas ou plataformas de representação autônoma do movimento associativo juvenil, como espaço de participação permanente da juventude no desenvolvimento político, econômico, social e cultural.

12. Promover as diferentes formas de voluntariado, articuladoras de processos participativos comprometidos com o desenvolvimento coletivo da sociedade, a partir da responsabilidade do jovem, aproximando-o das instituições e gestão pública do desenvolvimento social.

13. Promover mecanismos que garantam o devido processo e a tutela judicial dos jovens em conflito com a lei, assim como seu tratamento educativo, com uma vocação de reinserção na sociedade, através de programas e espaços específicos de integração.

14. Intensificar os mecanismos de coordenação com a Agenda Hemisférica da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no marco das iniciativas destinadas a favorecer a melhor inserção laboral dos jovens da região, conforme a promoção do trabalho decente e produtivo, e em especial, com o projeto Promoção do Emprego Juvenil na América Latina (PREJAL).

15. Assegurar a continuidade da Comissão Especializada sobre Cooperação Ibero-Americana de Juventude, Sociedade da Informação e do Conhecimento (CIJSIC), consolidando a Rede de Relatores, aprofundando o conhecimento da realidade e apresentando ante a próxima Conferência um relatório dos seus resultados. A CIJSIC concentrará seus esforços na definição de uma política estratégica ibero-americana de juventude e sociedade do conhecimento reforçando o processo de cooperação técnica nesta matéria.

16. Criar um espaço de cooperação entre os organismos públicos de juventude e de participação aberta aos jovens, pondo em marcha um Portal Ibero-Americano de Juventude, tendo em conta as potencialidades e oportunidades que nos oferecem as tecnologias da informação e comunicação.

17. Pôr em marcha uma Plataforma de Boas Práticas para a elaboração de políticas de juventude na região ibero-americana, como potenciação do conhecimento e aprendizagem mútuos, assim como de aprofundamento nos processos de cooperação e integração.

18. Fazer própria a Declaração Final do IV Foro Mundial das Crianças sobre a Água (Cidade de México, 2006), com o objeto de dar-lhes difusão e contribuir ao cumprimento de seus fins. Para isso, apoiamos a criação de uma Comissão Ibero-Americana de Juventude para o Desenvolvimento Sustentável do Meio Ambiente no âmbito da OIJ, presidida pelo México, que gere um plano de ação sobre este tema, com especial ênfase na temática da água.

19. Criar um programa específico de fortalecimento institucional de organismos e plataformas de juventude, que permita o desenvolvimento de uma gestão efetiva, fundamentalmente em quatro áreas:

DESENHO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DE PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS.

CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.

DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTAS PARA A GESTÃO.

DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO EM REDE.

20. Estabelecer ou continuar, em seu caso, os vínculos de cooperação com as instituições e organismos internacionais comprometidos no trabalho com a população juvenil.

A OIJ encontra-se, portanto, numa importante etapa cheia de desafios, para a que deve dar uma adequada resposta. Esta só se pode ser formular a partir do pleno compromisso e convencimento de todos os Estados Ibero-Americanos que conformam nossa Organização a partir da aposta política ao máximo nível, o apoio expresso mediante o esforço solidário de nossos recursos humanos e o financiamento cooperativo para alcançar um plano de ação eficiente.

No novo contexto da Comunidade de Estados Ibero-Americanos, reconhecemos o labor que vem desenvolvendo a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) como facilitadora e impulsora dos objetivos de nossa própria organização.

A XIII Conferência Ibero-Americana de Ministros e/ou Altos Responsáveis de Juventude agradece a hospitalidade da República de Cuba, assim como o esforço demonstrado por seu governo em todas as tarefas organizativas, e especialmente o labor louvável da União de Jovens Comunistas (UJC).

Agradece-se, também, o labor de todas as autoridades participantes, delegados, observadores e convidados em geral para o adequado cumprimento dos objetivos propostos.

Reconhece-se, igualmente, o labor desenvolvido pela Secretaria-Geral da OIJ, tanto nas tarefas executadas pela Organização em sua trajetória e apoio aos Estados Membros, como no adequado desenvolvimento da presente Conferência.

*Na Cidade de Havana, Cuba,
aos vinte dias do mês de
outubro de dois mil e seis.*

SETORIAL: MEIO AMBIENTE

2006

CONFERÊNCIA: VI FÓRUM IBERO-AMERICANO DE MINISTROS DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA PRO TEMPORE: MINISTÉRIO DE HABITAÇÃO, ORDENAMENTO TERRITORIAL
E MEIO AMBIENTE DO URUGUAI

CONTATO: Mariano Arana ENDEREÇO: Zabala 1432
Montevideo
CARGO: Ministro de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente Uruguay
TELEFONE: (598-2) 917 0710

SECRETARIA PAÍS SEDE: MINISTÉRIO DE SAUDE E AMBIENTE DA ARGENTINA

CONTATO: Andrea Brusco ENDEREÇO: San Martín, 451
Buenos Aires
E-MAIL: abrusco@medioambiente.gov.ar
TELEFONE: (54-11) 4348 8444 Argentina

SECRETARIA TÉCNICA: NÃO HÁ

SECRETARIA-GERAL IBERO-AMERICANA - SEGIB

CONTATO: Leonor Esguerra Portocarrero WEBSITE: www.segib.org
CARGO: Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais ENDEREÇO: Paseo de Recoletos, 8
Madrid 28001
E-MAIL: lesguerra@segib.org Espanha
TELEFONE: (34-91) 590 1980 / 1995
FAX: (34-91) 590 1982

REUNIÕES RECENTES

2006 VI FÓRUM, BUENOS AIRES, ARGENTINA, 20-22 SETEMBRO
2005 V FÓRUM, COLÓN, PANAMÁ, 21-22 SETEMBRO

ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO ASSOCIADAS
ÁREA RESPONSÁVEL SEGIB: DIVISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

REDES IBERO-AMERICANAS DE:

- DIRETORES GERAIS DA ÁGUA
- RESPONSÁVEIS EM MATÉRIA DE QUALIDADE AMBIENTAL
- ESCRITÓRIOS DE MUDANÇA CLIMÁTICA
- DIRETORES GERAIS DO PATRIMÔNIO NATURAL E A BIODIVERSIDADE
- FUNDO IBERO-AMERICANO DE ACESSO À ÁGUA POTÁVEL

Proposto em 2006, pendente de elaboração de estudo

MENÇÕES NA DECLARAÇÃO DA XVI CÚPULA

"18. Renovamos nosso compromisso de cooperar para obter o crescimento e a geração de riqueza com inclusão social, promovendo o desenvolvimento sustentável, protegendo o meio ambiente, evitando a geração de ecossistemas altamente vulneráveis, protegendo os recursos naturais e utilizando-os adequadamente."

"19. Conscientes de que uma parte significativa da população ibero-americana carece ainda de um acesso adequado à água potável e, com o objetivo de avançar na consecução das Metas do Milênio e na iniciativa de luta contra a fome e a pobreza, instamos a SEGIB a elaborar um projeto de cooperação ibero-americana destinado a criar um Fundo Ibero-Americano para o Acesso à Água Potável, dedicado a promover ações para elevar o número de pessoas que tenham acesso a esse elemento vital."

"20. Tomamos nota do IV Fórum Mundial da Água celebrado em março passado na Cidade do México, assim como também damos as boas-vindas à realização da próxima Expo Zaragoza 2008 cujo tema central será a Água e Desenvolvimento."

VI FORO IBERO-AMERICANO DE MINISTROS DO MEIO AMBIENTE

Buenos Aires, 20 a 22 de setembro de 2006

DECLARAÇÃO DE BUENOS AIRES

Tradução oficial assinada

Os Ministros do Meio Ambiente Ibero-Americanos, reunidos em Buenos Aires, Argentina, de 20 a 22 de setembro de 2006,

CONSIDERANDO

A nossa vontade de fortalecer o processo de cooperação a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável equilibrando o crescimento econômico, a equidade social e a proteção ambiental, conforme os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e os compromissos adotados na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Johannesburgo em 2002.

Os postulados da Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o desenvolvimento sustentável de Johannesburgo em 2002.

As conclusões do V Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente, celebrado em Colón, Panamá, em 21 e 22 de setembro de 2005.

Os resultados dos encontros temáticos realizados durante o curso deste ano que permitem fortalecer o trabalho deste Foro e contribuir para a gestão ambiental nos nossos países.

A importância de reconhecer o ordenamento ambiental do território como eixo articulador na formulação e implementação das políticas de desenvolvimento sustentável na região.

A importância que reveste a qualidade ambiental e, dentro dela, a gestão adequada de substâncias, materiais e resíduos, sejam perigosos ou não, com a intenção de melhorar os modelos de gestão e desenvolvimento, bem como a adoção e uso de tecnologias apropriadas que permitam avançar na aplicação de convênios e compromissos internacionais em matéria de substâncias químicas, e impulsionar e alcançar a sinergia necessária entre eles, incluindo a adoção de regulamentações nacionais nessas matérias.

A relevância da proteção dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos mediante a sua planificação a partir de uma perspectiva integrada, a valoração ecológica e social dos ecossistemas e a sua contribuição para o desenvolvimento econômico, a inclusão social e a erradicação da pobreza e no controle da contaminação desses recursos, bem como a ampliação das infra-estruturas de abastecimento de água potável e saneamento para garantir o bem-estar da população.

A enorme riqueza do Patrimônio Natural de que gozam os países e as ameaças reais e concretas que afetam a biodiversidade, a necessidade de redobrar os esforços para alcançar o objetivo de frear a taxa atual de perda de biodiversidade até o ano 2010 e da importância de analisar conjuntamente aspectos de interesse comum nas negociações em andamento nos diferentes foros multilaterais, em particular, entre outros, temas como o acesso aos recursos genéticos, os conhecimentos tradicionais associados e a participação justa e equitativa nos benefícios derivados da sua utilização.

A Mudança Climática como um dos principais desafios ambientais urgentes que a comunidade internacional enfrenta, cujos efeitos constituem um obstáculo ao desenvolvimento sustentável, intensificando os problemas dos setores sociais mais vulneráveis e colocando em risco o capital natural dos

nossos países, cujas conseqüências é necessário atender a fim de mitiga-las, promovendo a colaboração entre as instituições competentes com especial ênfase nas dos serviços meteorológicos e de prevenção de desastres, a conscientização e o fortalecimento das capacidades com respeito à vulnerabilidade e adaptação à mudança climática.

A necessidade de impulsionar o fortalecimento da institucionalidade ambiental e dos instrumentos e mecanismos adequados de financiamento, assim como a consideração transversal dos temas ambientais sob a perspectiva dos direitos humanos, pondo especial ênfase na educação e na transparência no acesso à informação ambiental, o que permitirá a participação informada da sociedade no seu conjunto, consolidando a forma democrática de governo dos nossos povos.

ACORDAM

COM RESPEITO À QUALIDADE AMBIENTAL

1. Ratificar as conclusões da I Reunião de Diretores Gerais de Qualidade Ambiental, celebrada em Cuzco, em 17 e 18 de maio de 2006, em particular:

a) Constituir formalmente a Rede Ibero-Americana de Responsáveis em matéria de Qualidade Ambiental, cujo objetivo principal será o intercâmbio de experiências e de informações entre todos os seus membros nos temas de resíduos, solos contaminados e/ou degradados, contaminação atmosférica, ruído, substâncias e produtos químicos e avaliação do impacto ambiental. Um relatório das atividades da Rede será elevado às reuniões plenárias do Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente.

b) Com relação aos resíduos, sublinhar a conveniência de implementar regimes normativos integrados para sua correta gestão e destacar a importância da aplicação do princípio de responsabilidade do produtor, apelando os países a adotar políticas social e ambientalmente adequadas de disposição final

dos resíduos nos seus territórios, instando às empresas a aplicar altos padrões ambientais em todos os países onde atuarem.

c) Solicitar à Rede Ibero-Americana de Responsáveis em Matéria de Qualidade Ambiental que desenvolva propostas para um Plano ou Programa de Ação Regional sobre resíduos e sítios contaminados, e apresentar uma proposta para ser considerada pelo VII Foro Ibero-Americano de Ministros do Meio Ambiente.

d) Fortalecer a Rede Virtual de Responsáveis Governamentais da Gestão de Resíduos, considerando-a como instrumento de apoio técnico aos trabalhos da Rede Ibero-Americana de Responsáveis em matéria de qualidade ambiental.

e) Impulsionar, no contexto da Rede Ibero-Americana, mudanças nos padrões de consumo e de produção, para a minimização dos resíduos, sejam eles perigosos ou não; diminuir a pressão sobre os recursos naturais e alcançar o desacoplamento entre o consumo energético e o crescimento econômico;

2. Em matéria de substâncias químicas:

a) estabelecer consultas periódicas referentes à aplicação dos convênios e compromissos internacionais sobre as substâncias químicas, promovendo vínculos de cooperação entre os Convênios de Rotterdam, Basiléia e Estocolmo;

b) instituir e fortalecer centros de transferência de tecnologia, ressaltando a importância da gestão adequada dos metais pesados, minimizando os riscos sobre a saúde e o meio ambiente;

c) colaborar e compartilhar experiências sobre os planos nacionais de aplicação do Convênio de Estocolmo;

d) estabelecer ferramentas que facilitem a aplicação do Sistema Global Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Substâncias Químicas (SGA);

e) respaldar o Enfoque Estratégico para a Gestão dos Produtos Químicos no nível internacional (SAICM) como um passo importante na gestão integrada das substâncias químicas e alentar sua pronta implementação na região;

COM RESPEITO AOS RECURSOS HÍDRICOS

1. Reafirmar o manifestado na Declaração Ministerial adotada no IV Foro Mundial da Água, celebrado de 16 a 22 de março de 2006, na cidade do México. Do mesmo modo, congratular-se do avanço que representa a assinatura da “*Declaração sobre a Execução da Associação Estratégica entre a América Latina e a União Européia em Matéria de Recursos Hídricos e Saneamento*”, realizada neste mesmo Foro.

2. Receber com beneplácito a Declaração de Bruxelas adotada nas Jornadas “*Água e Cooperação na América Latina*”, desenvolvidas durante os dias 27 e 28 de junho de 2006. Além disso, acordar a apresentação de dita Declaração por parte dos Ministros do México, da Espanha e de Portugal aos responsáveis do Parlamento Europeu e da Comissão Européia, para que essas instituições impulsionem a habilitação de recursos financeiros específicos para o desenvolvimento da Iniciativa para a Água da União Européia no seu Componente Latino-Americano, que permita à região avançar na consecução dos “*Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e das suas Metas*”.

3. Destacar o papel relevante da América Latina no contexto mundial em matéria de água e recursos naturais e promover os valiosos empreendimentos e iniciativas que a região desenvolve para enfrentar os seus desafios, mediante o fortalecimento da Rede de Diretores Gerais da Água.

4. Reconhecer que a água é um recurso natural limitado fundamental para a vida e a saúde de todos os seres humanos e que o acesso à água é indispensável para uma vida digna, de modo que cada estado deveria facilitar às pessoas o acesso seguro à água dentro da sua jurisdição, com base nos princípios de não discriminação, igualdade, solidariedade, equidade e sustentabilidade.

5. Reforçar os mecanismos legais e institucionais que garantam a participação pública e de integração dos agentes sociais na Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.

6. Fortalecer os vínculos entre os trabalhos da Reunião Ibero-Americana de Diretores da Água e a Rede Ibero-Americana de Escritórios de Mudança Climática, em particular o tema da adaptação.

7. Propor aos Chefes de Estados reunidos na próxima XVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estados e de Governos, a ser realizada em 04 e 05 de novembro do corrente ano na cidade de Montevideu, República Oriental do Uruguai, a temática dos recursos hídricos como assunto principal da XVII Cúpula Ibero-Americana.

8. Estender a convocatória aos ministros e as autoridades competentes em matéria de recursos hídricos naqueles foros nos que a água seja objeto de debate.

COM RESPEITO À DIVERSIDADE BIOLÓGICA

1. Respalda as conclusões da Reunião de Santo Domingo de 26 a 28 de junho de 2006, adotando o seu Programa de Trabalho 2006-2008; e, nesse sentido:

a) Constituir a Rede Ibero-Americana de Diretores Gerais (ou de responsáveis equivalentes) do Patrimônio Natural e a Biodiversidade, e o seu Programa de Trabalho 2006-2008, como foro de intercâmbio de informação e experiências, capacitação, desenho e aplicação de políticas, a fim de favorecer o cumprimento dos objetivos do Convênio sobre a Diversidade Biológica, de frear a perda da diversidade biológica até o ano 2010, propiciando, simultaneamente, o cumprimento dos outros convênios relativos à matéria e a implementação de outras iniciativas das Nações Unidas dedicadas à conservação e ao uso sustentável do patrimônio natural e à biodiversidade;

b) Reconhecer a utilidade do intercâmbio de informação sobre os problemas mais urgentes para o patrimônio natural e a biodiversidade na região, fortalecendo o estabelecimento de indicadores nacionais e regionais a fim de facilitar a disseminação das melhores práticas para solucionar os problemas e enfrentar as ameaças que lhes afetam, bem como de procurar possíveis vias de cooperação para aqueles casos nos que a ação conjunta seja benéfica;

c) Ressaltar a importância do aumento da conscientização da opinião pública sobre os problemas a que se enfrenta a preservação do Patrimônio Natural e a Biodiversidade, e do fomento da capacidade técnica na região para alcançar as soluções necessárias;

d) Impulsionar os mecanismos apropriados para colaborar no cumprimento dos objetivos do Convênio sobre a Diversidade Biológica, da Convenção das Nações Unidas de Luta Contra a Desertificação e a Seca, da Convenção sobre as Zonas Úmidas (RAMSAR) e a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Fauna e da Flora Silvestres (CITES), entre outros, e com os órgãos internacionais dedicados ao Patrimônio Natural e a Biodiversidade;

e) Reconhecer que a participação justa e equitativa nos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos é um objetivo do Convênio de Diversidade Biológica sobre o qual não se registram avanços significativos até esta data. Nesse sentido, reiterar o compromisso e apoio ao processo de elaboração e negociação de um regime internacional de acesso e participação nos benefícios e promover a sua pronta adoção.

2. Instar aos Estados a manter e desenvolver o quadro jurídico de proteção dos Sistemas Nacionais de Áreas Protegidas, a prover o suficiente financiamento para a adequada administração, a modernizar os seus esquemas de administração a fim de garantir a proteção da biodiversidade neles contida.

COM RESPEITO À MUDANÇA CLIMÁTICA

1. Destacar a ameaça que a mudança climática e os seus impactos implicam para a sustentabilidade do desenvolvimento. Nesse sentido, sublinhar a importância do Programa Quinquenal sobre os aspectos científicos, técnicos e sócio-econômicos dos impactos da mudança climática e a vulnerabilidade e adaptação à mesma, adotado em Buenos Aires, na Décima Reunião da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC);

2. Levar em consideração os avanços no desenvolvimento do Programa Ibero-Americano de Avaliação dos Impactos, da Vulnerabilidade e da Adaptação à Mudança Climática (PIAMC), no contexto da Rede Ibero-Americana de Escritórios de Mudança Climática (RIEMC) e sua contribuição ao diálogo construtivo empreendido no seio da CQNUMC;

3. Destacar a importância de considerar os fenômenos climáticos e os desastres naturais a eles associados nas avaliações dos impactos, da vulnerabilidade e da adaptação à mudança climática, e expressar o seu apoio às conclusões alcançadas no Encontro “*Mudança Climática e Desastres Naturais*”, celebrado em Guaiquil (Equador) de 07 a 09 de junho de 2006.

Em particular,

a) Ressaltar a necessidade de impulsionar o reforço da Rede de Observação nos Âmbitos Atmosférico, Oceânico e Terrestre, ante a exigência de desenvolver cenários climáticos confiáveis que permitam avaliar a vulnerabilidade e os impactos e estabelecer programas de adaptação à mudança climática;

b) Sublinhar a necessidade de obter e fornecer, de forma coordenada, informação meteorológica, hidrológica, de cenários climáticos regionais e de gestão dos riscos aos órgãos responsáveis do planejamento territorial, ambiental e sócio-econômico, ante o impacto causado pelos desastres

naturais e os efeitos atribuíveis à mudança climática, que afetam significativamente ao desenvolvimento sócio-econômico dos países;

c) Manifestar a necessidade de promover a coordenação e colaboração entre a Associação Ibero-Americana de Órgãos Governamentais da Defesa e Proteção Civil, a RIEMC e a Conferência de Diretores dos Serviços Meteorológicos e Hidrológicos Ibero-Americanos (SMHI);

d) Desenvolver sistemas de alerta prévia para a prevenção de desastres e, conseqüentemente, ativar os planos para a adequada proteção das populações afetadas.

4. Instruir a RIOMC a seguir trabalhando no desenvolvimento e aplicação do PIAMC através de iniciativas e atividades que contribuam para fortalecer o desenvolvimento e a aplicação das estratégias de adaptação na região

5. Os países ibero-americanos apostam no desenvolvimento das suas economias de maneira sustentável e reconhecem a oportunidade que oferecem os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) como ferramenta voluntária e complementar aos instrumentos nacionais, os bancos de desenvolvimento e a cooperação regional, em particular, nos setores fundamentais como o da energia. Por isso, seria conveniente impulsionar a cooperação entre os Foros de Ministros do Meio Ambiente e da Energia nos trabalhos em curso sobre os modelos energéticos e a energia renovável e o desenho das políticas frente à mudança climática.

6. Sublinhar a importância de unir esforços para avançar de modo eficaz na luta contra a mudança climática no âmbito da CQNUMC e do seu Protocolo de Kyoto baseado no princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Nesse sentido, expressam sua vontade de participar ativamente na COP12 de Nairobi, impulsionando a formação de consensos que permitam avançar, de modo substantivo, nas medidas de mitigação e adaptação desse fenômeno.

7. Apoiar a criação do Centro Ibero-Americano de Análise dos Problemas Ambientais Emergentes e da Mudança Climática para a Região Mesoamericana e o Caribe, cuja função principal será a de analisar a informação para a geração de cenários climáticos, orientados a definir o grau de vulnerabilidade dessa região e, nessa ordem, desenhar as medidas de adaptação à mudança climática. O mesmo poderá ser ampliado para atender as necessidades do resto dos países da região latino-americana. A sede desse centro será o Centro da Água para o Trópico Úmido da América Latina e o Caribe (CATHALAC), localizado na cidade do Panamá. Consideramos que esta ação deverá ser elevada à XVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado, como resposta ao acordado na última cúpula ibero-americana realizada em Salamanca, Espanha.

OUTROS ASSUNTOS

1. Promover sinergias entre os programas de trabalho e as atividades deste Foro com aquelas que os países latino-americano desenvolvem a escala regional e sub-regional, no contexto do Foro de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e do Caribe.

2. Realizar esforços nos nossos países para incorporar o tema da educação ambiental nos programas de ensino.

3. Destacar o permanente apoio do Escritório Regional para a América Latina e o Caribe do PNUMA ao Foro Ibero-Americano e as iniciativas regionais e sua ativa colaboração na preparação do VI Foro.

4. Agradecer e aceitar o oferecimento de El Salvador para acolher o VII Foro de Ministros do Meio Ambiente de 2007, acordado na Declaração de Colón de 22 de setembro de 2005.

5. As delegações agradecem ao Governo da Argentina e à sua Secretaria do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável pela hospitalidade e a organização deste VI Foro.

6. Ratificamos o nosso compromisso de alcançar o desenvolvimento sustentável com crescimento econômico, equidade social e conservação do meio ambiente, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e o acordado na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável de Johannesburgo em 2002. Nesse contexto, identificamos quatro questões fundamentais para a gestão ambiental na Ibero-América: a Qualidade Ambiental, os Recursos Hídricos, a Diversidade Biológica e a Mudança Climática. Com relação a elas, acordamos neste Foro a adoção de uma série de medidas concretas, tendentes a fortalecer a cooperação entre os nossos países e a impulsionar ações eficazes para o bem-estar dos nossos povos.

Com vistas à XVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado que será celebrada na República Oriental do Uruguai sob o tema “*Migrações e Desenvolvimento*”, e considerando a necessidade de pôr em andamento a “*Convenção Internacional para a Proteção dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias*”, os Ministros do Meio Ambiente da Ibero-América elevam para sua consideração e posterior inclusão na Declaração da Cúpula, o seguinte: “*Reconhecemos que a deterioração ambiental tem gravíssimas conseqüências sociais e econômicas na nossa região, afetando a vida e os direitos dos nossos povos, o que nos obriga a reafirmar o nosso compromisso de incorporar, de forma independente, as exigências ambientais na nossa agenda política. Nesse sentido, levando em consideração a importância da água para o desenvolvimento da nossa região, decidimos que a 'gestão da água' seja um dos assuntos centrais da XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo*”.

SETORIAL: PRESIDÊNCIA

2006

CONFERÊNCIA: X REUNIÃO DE MINISTROS DA PRESIDÊNCIA E EQUIVALENTES DA IBERO-AMÉRICA

SECRETARIA PRO TEMPORE: ESCRITÓRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DA
PRESIDÊNCIA DO URUGUAI

CONTATO:	Daniel Anibal Mesa Peluffo	ENDEREÇO:	Edif. Libertad
E-MAIL:	diropp@presidencia.gub.uy		Avda. Luis Alberto de Herrera 3350, 3 ^{er} piso
TELEFONE:	(598-2) 150 3921 / 150 3922		Montevideo 11600
FAX:	(598-2) 209 9730		Uruguay

SECRETARIA PAÍS SEDE: SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA E DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO DO SERVIÇO CIVIL DA COLÔMBIA

CONTATO:	Bernardo Moreno Villegas / Fernando Grillo	ENDEREÇO:	Cl. 7 6-54 / Cra. 6 12-64 Distrito Capital
E-MAIL:	fgrillo@dafp.gov.co		Bogotá
TELEFONE:	(57-1) 336 2235 / 341 2120		Colombia

SECRETARIA TÉCNICA: NÃO HÁ

SECRETARIA-GERAL IBERO-AMERICANA - SEGIB

CONTATO:	Leonor Esguerra Portocarrero	WEBSITE:	www.segib.org
CARGO:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	ENDEREÇO:	Paseo de Recoletos, 8 Madrid 28001 Espanha
E-MAIL:	lesguerra@segib.org		
TELEFONE:	(34-91) 590 1980 / 1995		
FAX:	(34-91) 590 1982		

REUNIÕES RECENTES

2006 X REUNIÃO, CARTAGENA DAS ÍNDIAS, COLÔMBIA, 12-13 OUTUBRO

2005 IX REUNIÃO, CIUDADE DO MÉXICO, 26-27 SETEMBRO

ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO ASSOCIADAS
ÁREA RESPONSÁVEL SEGIB: SECRETARIA DE COOPERAÇÃO

PROGRAMA IBERO-AMERICANO DE GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS - IBERGOP	Intercâmbio de experiências e cooperação para a melhoria da administração pública e o fortalecimento das instituições democráticas
---	--

REDE DE MINISTROS IBERO-AMERICANOS DA PRESIDÊNCIA - RIMPE	Rede ministerial setorial de assessoria e apoio ao chefe do poder executivo e coordenação das ações do governo, ministérios e políticas públicas
--	--

MENÇÕES NA DECLARAÇÃO DA XVI CÚPULA

Reconhecimento e agradecimento pelas contribuições (parágrafo 8)

OBSERVAÇÕES

Esta RSM funciona de acordo com um mecanismo de graduação em rede (RIMPE) desenhado ad hoc: A RIMPE I corresponde ao nível ministerial; a RIMPE II ao de vice-ministros e a RIMPE III ao técnico.

**ATA DE ACORDOS DA X REUNIÃO DE MINISTROS DA PRESIDÊNCIA
E EQUIVALENTES DA IBERO-AMÉRICA**

Cartagena de Indias, 12 e 13 de outubro de 2006

Primeiro. Agradecemos ao México o seu trabalho no exercício da Secretaria Pro Tempore e na execução dos acordos da IX Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes, realizada no México em setembro de 2005. Reconhecemos, igualmente, o sucesso obtido pelos Departamentos Administrativos da Função Pública e da Presidência da República da Colômbia na organização da X Reunião da RIMPE.

Segundo. Agradecemos ao México a definição, o desenvolvimento e a disponibilidade do Sistema de Informação Estratégica para Chefes de Estado e de Governo para todos os países ibero-americanos que o solicitarem.

Terceiro. Reconhecemos que a informação estatística pertinente e fiável é vital para a implementação de políticas fundamentadas em um conhecimento profundo da realidade, assim como para o acompanhamento dos seus resultados.

Quarto. Apoiamos o fortalecimento da Escola Ibero-Americana de Governo e Políticas Públicas, IBERGOP, como o programa cúpula de cooperação política e recomendamos ao seu Conselho Acadêmico que sejam cumpridos os acordos adotados na VI Sessão realizada no dia 30 de junho de 2006, em Bogotá.

Quinto. Aceitamos o oferecimento da Costa Rica como sede da XI Reunião da Rede.

Sexto. Em cumprimento do Ponto 9 do Memorando de Entendimento, aprovamos o Programa Anual da Rede, que consta das seguintes iniciativas:

Incluir como temas de intercâmbio de experiências e propostas dos países ibero-americanos os seguintes tópicos, sobre o princípio da voluntariedade e sem desprezar a soberania dos países:

1. Análise dos desenhos institucionais e das práticas de gestão vinculadas à relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo;
2. Análise dos instrumentos de coordenação, coerência e controle dos programas de governo e das políticas públicas desenvolvidos pelos Ministérios da Presidência e seus Equivalentes;
3. Análise da relação Governo-Sociedade Civil e dos formatos institucionais adotados.

Sétimo. A Secretaria *Pro Tempore* que sai convocará os Ministérios da Presidência e Equivalentes para uma reunião nível RIMPE 3 a fim de estudar os temas contidos no plano anual e preparar o debate e os rascunhos dos documentos sobre as decisões da próxima XI Reunião da Rede.

Oitavo. Recomendamos à XVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, a realizar-se em Montevideu, a necessidade de incentivar a participação ativa dos povos indígenas e das nações originárias na vida política, econômica, social e cultural de seus países.

CONFERÊNCIA: VIII CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE MINISTRAS E MINISTROS DE SAÚDE

SECRETARIA PRO TEMPORE: MINISTÉRIO DA SAÚDE PÚBLICA DO URUGUAI

CONTATO:	María Julia Muñoz	ENDEREÇO:	18 de Julio, 1892
CARGO:	Ministra de Salud Pública		Montevideo
E-MAIL:	ministra@msp.gub.uy		Uruguay
TELEFONE:	(598-2) 400 0101 / 04		

SECRETARIA TÉCNICA: NÃO HÁ

SECRETARIA-GERAL IBERO-AMERICANA - SEGIB

CONTATO:	Leonor Esguerra Portocarrero	WEBSITE:	www.segib.org
CARGO:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	ENDEREÇO:	Paseo de Recoletos, 8
E-MAIL:	lesguerra@segib.org		Madrid 28001
TELEFONE:	(34-91) 590 1980 / 1995		Espanha
FAX:	(34-91) 590 1982		

REUNIÕES RECENTES

2006 VIII CONFERÊNCIA, COLÔNIA DO SACRAMENTO, 5-6 OUTUBRO

2005 VII CONFERÊNCIA, GRANADA, ESPANHA, 14-15 SETEMBRO

ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO ASSOCIADAS
ÁREA RESPONSÁVEL SEGIB: DIVISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

REDES IBERO-AMERICANAS DE:

- DOAÇÃO E TRANSPLANTE
- POLÍTICAS DE MEDICAMENTOS
- ENSINO E PESQUISA
- LUTA CONTRA O TABAGISMO
- ANÁLISE FORMULAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS
- PROMOÇÃO DA SAÚDE

MENÇÕES NA DECLARAÇÃO DA XVI CÚPULA

"17. Compartilhamos a preocupação expressa na VIII Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Saúde, relativa ao número de vítimas que continua ocasionando ao mundo uma doença curável como a tuberculose, cifra que alcança a 5.000 vidas ao dia, constituindo a principal causa de óbitos das pessoas infectadas pelo vírus HIV/AIDS. No âmbito dessa preocupação, igualmente endossamos a proposta de que a saúde seja considerada tema central de uma futura Cúpula e de que se contemple a possibilidade da aplicação de um Plano Global Ibero-Americano de Ação para deter aquela doença no âmbito da iniciativa das Nações Unidas para o período 2006-2015. Solicitamos à SEGIB apresentar propostas para impulsionar ações e iniciativas em diferentes âmbitos tais como o empresarial e o laboral ou outros, a fim de contribuir a enfrentar este flagelo que afeta nossas sociedades."

O parágrafo 24. do Compromisso de Montevideu sobre Migrações e Desenvolvimento, que é parte integrante da Declaração da XVI Cúpula, também menciona a Declaração desta RMS, "em que se estabelecem e concertam políticas setoriais para os migrantes."

VIII CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE MINISTRAS E MINISTROS DE SAÚDE

Colônia do Sacramento, 5 e 6 de outubro de 2006

DECLARAÇÃO DE COLÔNIA DO SACRAMENTO

Tradução oficial não assinada

As Ministras e Ministros de Saúde de Ibero-América ou seus representantes, reunidos na VIII Conferência Ibero-americana de Ministras e Ministros de Saúde de Colônia, Uruguai, nos dias 5 e 6 de outubro de 2006.

CONSIDERANDO QUE:

1. Durante esta VIII Conferência tivemos a oportunidade de discutir em relação aos problemas da migração dos recursos humanos em saúde, os avanços das Redes temáticas: de ensino e pesquisa em saúde pública, de medicamentos, de doações e transplantes e de controle do tabagismo, acordadas na Cúpula de Salamanca, e sobre outros problemas da saúde pública de repercussão internacional como o relativo à tuberculose, o HIV/AIDS e a malária.

2. A migração do pessoal de saúde constitui um problema em aumento na região das Américas, de graves conseqüências nos países ibero-americanos.

3. Nos últimos anos, a emigração gerou problemas no funcionamento dos sistemas de saúde em alguns países e transformou-se em um tema de discussão nos foros internacionais, procurando modos efetivos e acessíveis para enfrentar essa situação.

4. A dinâmica da migração do pessoal de saúde é complexa e está constituída por fluxos de diferente magnitude que operam em diversas direções e tem implicações para todos os países, tanto os de origens quanto os receptores.

5. A migração permanente do pessoal de saúde gera efeitos adversos sobre a qualidade dos serviços de saúde nos países de origem.

6. A migração do pessoal de saúde pode gerar problemas à qualidade dos serviços nos países receptores, em virtude das diferenças lingüísticas, culturais e dos requisitos e condições de trabalho.

7. A informação sistemática sobre migração de pessoal de saúde na Ibero-América deve ser melhorada para permitir um estudo aprofundado e a definição de propostas e intervenções. Porém, os dados existentes indicam que as migrações podem se relacionar com a falta de oportunidades e visam a se concentrar nos profissionais mais jovens e qualificados.

8. É possível assinalar como causa coadjuvante da emigração, a falta de adequação dos programas de formação dos profissionais à problemática de saúde de seus países.

9. O impacto da emigração do pessoal de saúde é maior nos países onde o investimento no sistema educativo é limitado e nos quais a rápida saída do pessoal impede substituí-lo de forma apropriada.

10. A migração faz parte do direito à livre movimentação das pessoas e ao uso do conhecimento e habilidades individuais em procura de melhores oportunidades; mas os efeitos negativos que a contratação internacional de profissionais de saúde causa aos sistemas sanitários de nossos países, são reais e apresentam um sério problema ético.

DECLARAMOS

1. Nosso firme propósito de abordar o tema migrações em saúde desde um enfoque ibero-americano que considere suas peculiaridades, complexidades e dificuldades tanto para o diagnóstico do fenômeno como para elaborar alternativas que mitiguem os problemas que possam gerar-se no curto, médio e longo prazo.

2. Nosso compromisso de constituir uma Equipe de Trabalho para analisar o fenômeno migratório, interagindo com os agentes envolvidos (governos, escolas de formação, empregadores públicos e privados e associações de profissionais da saúde) e considerando as contribuições da Organização Internacional de Migração (OIM), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e com o apoio da Secretaria-Geral Ibero-americana e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPS), através da Rede Regional de Observatórios de Recursos Humanos para a Saúde.

3. Nossa vontade de promover acordos e negociações para abordar o fenômeno da migração de recursos humanos em saúde, regularizar seus fluxos no tempo e estabelecer adequados mecanismos de concertação entre os países que permitam manter um equilíbrio razoável desses fenômenos.

4. Nosso compromisso de melhorar as oportunidades de contratação, de desenvolvimento profissional e de educação contínua nos países e serviços de origem.

5. Nossa vontade de promover programas que facilitem o retorno do pessoal de saúde mediante políticas de oferecimento de empregos, reconhecimento de créditos acadêmicos e outras medidas de estímulo.

6. A conveniência de que os governos regulem os procedimentos, direitos e obrigações das agências de contratação internacional de profissionais sanitários que operam em nossos países.

7. Rejeitar a utilização da política migratória seletiva de recursos humanos que possam causar impacto negativo sobre a saúde e a vida de nossos cidadãos.

8. Que, após os avanços dos relatórios recebidos, se vê com beneplácito o trabalho das redes temáticas: de Ensino e Pesquisa em Saúde Pública, de Medicamentos, de Doações e Transplantes e de Controle do Tabagismo, recomenda-se a incorporação das observações realizadas por parte dos países durante o debate.

9. Nossa preocupação porque uma doença curável como a tuberculose continue matando, no mundo, 5.000 pessoas por dia e seja a principal causa de óbito de pessoas infectadas com o HIV/AIDS, apresentado a possibilidade de uma iniciativa em forma conjunta dos países ibero-americanos para a aplicação de um plano global de ação para deter esse mal, no âmbito das iniciativas das Nações Unidas para o período 2006-2015.

10. Nosso consenso de solicitar à Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo e à Cúpula de América, que a Saúde seja considerada como tema central de uma próxima reunião.

11. Elevar à XVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo os seguintes acordos:

I. Abordar o tema das migrações dos profissionais da saúde e seus efeitos desde um enfoque ibero-americano que tenha em conta suas peculiaridades, complexidades e dificuldades tanto para o diagnóstico do fenômeno migratório, quanto para elaborar alternativas que atenuem os problemas sobre a saúde e o desenvolvimento que possam gerar-se no curto, médio e longo prazo.

II. Procurar mecanismos internacionais de diálogo e concertação entre os países para regular os fluxos migratórios e mitigar seu impacto negativo sobre nossos sistemas de saúde.

III. Constituir uma Equipe de Trabalho, coordenado pelo Uruguai, para analisar o fenômeno migratório, interagindo com os agentes envolvidos (governos, escolas de formação, empregadores públicos e privados e associações de profissionais da saúde) e considerando as contribuições da Organização Internacional de Migração (OIM), Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e com o apoio da Secretaria-Geral Ibero-Americana e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPS), através da Rede Regional de Observatórios de Recursos Humanos para a Saúde.

SETORIAL: TURISMO

2006

CONFERÊNCIA: VI CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE MINISTROS DO TURISMO

SECRETARIA PRO TEMPORE: MINISTÉRIO DE TURISMO E ESPORTE DO URUGUAI

CONTATO:	Benjamin Liberoff / Martín Real Anzúa	ENDEREÇO:	Rambla 25 de Agosto de 1825 Esquina Yacaré S/N Montevideo Uruguay
E-MAIL:	bliberoff@mintur.gub.uy		
TELEFONE:	(598-2) 188 5236 / 9960 7464 188 5100		

SECRETARIA TÉCNICA: NÃO HÁ

SECRETARIA-GERAL IBERO-AMERICANA - SEGIB

CONTATO:	Leonor Esguerra Portocarrero	WEBSITE:	www.segib.org
CARGO:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	ENDEREÇO:	Paseo de Recoletos, 8 Madrid 28001 Espanha
E-MAIL:	lesguerra@segib.org		
TELEFONE:	(34-91) 590 1980 / 1995		
FAX:	(34-91) 590 1982		

REUNIÕES RECENTES

2006 VI CONFERÊNCIA, COLÔNIA DO SACRAMENTO, URUGUAI, 7-8 SETEMBRO

2005 V CONFERÊNCIA, ZAMORA, ESPANHA, 6-7 SETEMBRO

ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO ASSOCIADAS
ÁREA RESPONSÁVEL SEGIB: DIVISÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

INSTITUTO IBERO-AMERICANO DE TURISMO

Iniciativa proposta em 2006

MENÇÕES NA DECLARAÇÃO DA XVI CÚPULA

“32. Conscientes da necessidade de desenvolver ações específicas para aprimorar a cooperação no setor turismo, saudamos a iniciativa espanhola de criar um Instituto Ibero-Americano de Turismo”.

O parágrafo 24. do Compromisso de Montevideu sobre Migrações e Desenvolvimento, que é parte integrante da Declaração da XVI Cúpula, também menciona a Declaração desta RMS, “em que se estabelecem e concertam políticas setoriais para os migrantes”.

**DECLARAÇÃO DA VI CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE
MINISTROS DO TURISMO**

Colônia do Sacramento, 7 e 8 de setembro de 2006

Tradução oficial não assinada

Os Ministros do Turismo e as delegações nacionais, reunidos na VI Conferência Ibero-Americana Preparatória da XVI Cúpula de Presidentes Ibero-americanos

Considerando:

1. Que o período transcorrido desde a V Conferência de Zamora permitiu verificar um novo crescimento do número de turistas nos países da Comunidade Ibero-Americana, o que demonstra que os esforços instrumentados pelas administrações turísticas nacionais durante este ano tornaram possível que o turismo se convertesse em uma ferramenta coerente e consistente para melhorar a qualidade de vida em nossos países.

2. Que a bem sucedida realização da 45ª Reunião da Comissão para as Américas da OMT, de 3 a 5 de maio deste ano, em Montevideu, constituiu em proveitosa oportunidade de continuar o intercâmbio de aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo na região.

3. Que a incorporação da análise multidisciplinar realizada durante o Encontro Ibero-Americano sobre Migração e Desenvolvimento, celebrado em julho deste ano, em Madrid, amplia a visão sobre o tema central da XVI

Cúpula Ibero-Americana e seus impactos sobre a realidade de nossos países e estabelece novas oportunidades e desafios para a atividade turística.

4. Que a experiência adquirida por meio das conferências anteriores mantém sua vigência e confirma a necessidade de aprofundar vários pontos antes levantados, especialmente aqueles relacionados com a facilitação da atividade turística, para a qual é essencial a livre circulação de pessoas.

5. Que os temas tratados nesta VI Conferência:

- Migrações e Turismo;
- Realidades e Perspectivas do Transporte Aerocomercial;
- Avanços alcançados nos Encontros Ibero-Americanos em matéria turística;
- A apresentação da proposta do Instituto Ibero-Americano de Estudos Turísticos geram uma ampla plataforma de atuação.

Concordam:

1. Seguir apoiando as iniciativas relacionadas com:

- Desenvolvimento de sistemas de informação e estatística para a implementação das Contas Satélites de Turismo.
- Incentivo de processos de descentralização e desenvolvimento local que favoreçam a preservação e o uso apropriado dos recursos patrimoniais, de acordo com as conclusões do Seminário realizado recentemente em Montevideu.
- Continuidade do respaldo às ações de apoio à difusão do código ético mundial do turismo, particularmente, àquilo relacionado ao combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, de acordo com as conclusões do Seminário Regional de Ética no Turismo, celebrado em Quito.
- Aprofundamento de ações que visem captar congressos, convenções, feiras e outros eventos no âmbito ibero-americano, pelo seu valor promocional e sua condição de segmento diferencial em toda sua significação.

- Cooperação em matéria de prevenção dos impactos, sobre as atividades turísticas, de catástrofes naturais e de mudança climática.
- Materialização de ações no âmbito do Programa ST – EP e da OMT.
- Superação dos atrasos na estruturação de uma rede de instituições acadêmicas de turismo na região.
- Incentivo a investimentos na Comunidade Ibero-Americana que permitam um melhor desenvolvimento de produtos e destinos turísticos.
- Fortalecimento das atividades destinadas à obtenção de informação dos “*mercados de longa distância*” para o mundo ibero-americano.
- Aproveitamento da celebração da próxima Assembléia Geral da OMT, em Cartagena de Índias, para fortalecer nossa região em seu seio. Além disso, a ratificação do compromisso da Comunidade Ibero-Americana para o sucesso de dito evento.

2. Levar à XVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo as seguintes propostas:

a) Constatada a relevância para o setor turístico das ações de facilitação do transporte de passageiros entre os países da Comunidade Ibero-Americana, no âmbito regional e intercontinental, propomos a implementação de ações dirigidas ao fomento de investimentos em infra-estruturas de transporte, harmonização e redução de tarifas e o impulso ao Acordo de Fortaleza.

b) Tendo analisado as relações entre Migração e Turismo e dentro do âmbito do Direito Internacional e das resoluções da Organização das Nações Unidas, propomos a implementação de projetos que permitam a participação dos emigrantes em ações de promoção turística de nossos países e em planos de capacitação. Além disso, que sejam encontrados mecanismos que canalizem o investimento de remessas no desenvolvimento do setor turístico.

c) Conscientes da necessidade de realizar ações específicas para melhorar a cooperação público-empresarial-social, gerando âmbitos específicos e

multilaterais para canalizar investimentos no setor turismo, propomos apoiar a iniciativa do Governo da Espanha para a criação de um Instituto Ibero-Americano de Turismo, localizado nas Ilhas Canárias.

d) Constatando a importância da gestão do conhecimento na elaboração de políticas públicas em turismo, propomos o fortalecimento da Rede Ibero-Americana de Especialistas das Administrações Nacionais de Turismo mediante o cumprimento das conclusões obtidas nos encontros ibero-americanos realizados até a data, assim como a criação de uma plataforma tecnológica a serviço dessa rede.

Os participantes expressam seu agradecimento pela cálida hospitalidade oferecida em Colônia do Sacramento e leva seu mais afetuoso reconhecimento às autoridades da República Oriental do Uruguai e a todos aqueles que proporcionaram o ambiente tão acolhedor da VI Conferência Ibero-Americana de Ministros de Turismo.

SETORIAL: HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

2006

CONFERÊNCIA: XI FORO IBERO-AMERICANO DE MINISTROS E AUTORIDADES MÁXIMAS
DO SETOR HABITACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO URBANO

SECRETARIA PRO TEMPORE: MINISTÉRIO DE HABITAÇÃO, ORDENAMENTO TERRITORIAL
E MEIO AMBIENTE DO URUGUAI

CONTATO: Jorge Papadopulos / Adriana Berdia
E-MAIL: papadopulos@gmail.com / adriab@adinet.com
TELEFONE: (598-2) 917 0710

ENDEREÇO: Zabala 1432
Montevideo
Uruguay

SECRETARIA TÉCNICA: MINURVI

CONTATO: Luis Alberto Bontempo
CARGO: Subsecretario de Desarrollo Urbano y Vivienda
TELEFONE: (54-11) 4347 9761

WEBSITE: www.minurvi.org
ENDEREÇO: Alem, 339 5º piso
Buenos Aires
Argentina

SECRETARIA-GERAL IBERO-AMERICANA - SEGIB

CONTATO: Leonor Esguerra Portocarrero
CARGO: Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais
E-MAIL: lesguerra@segib.org
TELEFONE: (34-91) 590 1980 / 1995
FAX: (34-91) 590 1982

WEBSITE: www.segib.org
ENDEREÇO: Paseo de Recoletos, 8
Madrid 28001
Espanha

REUNIÕES RECENTES

2006 XI FORO, MONTEVIDÉU, URUGUAI, 4-6 OUTUBRO
2005 X FORO, GUADALUPE, ESPANHA, 19-21 SETEMBRO

ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO ASSOCIADAS
ÁREA RESPONSÁVEL SEGIB: DIVISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

NÃO HÁ

MENÇÕES NA DECLARAÇÃO DA XVI CÚPULA

Reconhecimento e agradecimento pelas contribuições (parágrafo 8)

O parágrafo 24. do Compromisso de Montevideú sobre Migrações e Desenvolvimento, que é parte integrante da Declaração da XVI Cúpula, também menciona a Declaração desta RMS, "em que se estabelecem e concertam políticas setoriais para os migrantes".

OBSERVAÇÕES

Desde 1998 as reuniões anuais do Foro Ibero-Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano coincidem com as da MINURVI, entidade de coordenação e de cooperação intergovernamental dos países da América Latina e do Caribe na área de desenvolvimento sustentável dos estabelecimentos humanos. Os dois foros estabeleceram uma agenda comum de atividades, coordenando-se na implementação dos seus pontos de convergência.

XI FORO IBERO-AMERICANO DE MINISTROS E MÁXIMAS AUTORIDADES DO SETOR DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Montevideu, 4-6 de outubro de 2006

Tradução oficial assinada

CONSIDERANDO:

1. Que a Assembléia Geral de Ministros e Máximas Autoridades de Habitação e Urbanismo dos países da América Latina e do Caribe (MINURVI) e o Foro Ibero-Americano de Ministros e Máximas Autoridades do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano, são as entidades para a concertação política, coordenação e cooperação regional nos temas de desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos e para a solução gradativa dos problemas habitacionais de todos os nossos habitantes,

2. Que o Comitê Executivo da MINURVI estabeleceu como tema para sua XV Assembléia Geral e XI Foro Ibero-Americano: *“Migrações para um desenvolvimento sustentável”* com o propósito de submeter a debate os principais aspectos que na esfera habitacional se relacionam com o tema *“Migração”*, para que seja considerado na XVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo”.

3. Que os principais problemas dos migrantes se relacionam, especialmente no período de estabelecimento no país de acolhida, com a moradia e o trabalho; que as pessoas precisam antes de tudo de um lugar onde viver e de meios para garantir sua subsistência e que outras necessidades se manifestam posteriormente,

4. Que as migrações constituem fenômenos que oferecem oportunidades àqueles que delas participam mas que, ao mesmo tempo, os coloca diante de riscos importantes, tais como o desenraizamento, a discriminação, a exploração e, no caso das mulheres, meninos e meninas, o tráfico de pessoas e a exploração sexual,

5. Que se dispõe de escassa informação estatística sobre o fenômeno migratório, especialmente sobre suas características no âmbito habitacional,

6. Que o fenômeno da migração, incluindo a repatriação, afeta tanto países emissores como receptores, sendo necessária a aplicação de políticas de inclusão social dos migrantes, com atenção especial aos direitos humanos, e através da cooperação para evitar todo tipo de discriminação e atuar coordenadamente no desenvolvimento de políticas de construção de cidadania,

7. Que as ações combinadas dos governos devem ser feitas com base no respeito à soberania e à igualdade jurídica dos Estados mas, sobretudo, no respeito aos direitos humanos, aprofundando as políticas públicas de maneira coordenada entre os países, para respeitar o direito à moradia/habitação dos migrantes, reconhecendo ao mesmo tempo os interesses dos países de origem e de acolhida,

8. Que é necessário reafirmar, no âmbito dos compromissos e das metas acordadas pelos Chefes de Estado na Cúpula do Milênio de 2000, a disposição para trabalhar prioritariamente na eliminação da pobreza, expressada em diferentes formas de desigualdade sócio-espacial, tais como: segregação, diferenças entre a qualidade de vida urbana e rural, desigualdade no acesso e segurança jurídica da posse da terra, a moradia/habitação e os serviços básicos,

Os Ministros e as Autoridades Máximas do Setor Habitacional e Desenvolvimento Urbano presentes no XI Foro Ibero-Americano acordamos recomendar aos Chefes de Estado e de Governo reunidos na XVI Cúpula Ibero-Americana:

1. Incluir o direito à moradia/habitação, como um dos direitos humanos dos migrantes respeitados pelos países integrantes da Comunidade Ibero-Americana de Nações.

2. Considerar as necessidades habitacionais e contribuir com soluções habitacionais aos migrantes (incluindo a imigração e a repatriação) atendendo à integração territorial e à inclusão social das populações, sem discriminações por razões de nacionalidade, gênero, raça, crença ou ideologia.

3. Promover a coleta e a sistematização da informação sobre migrações na Comunidade Ibero-Americana de Nações e promover estudos específicos sobre os fenômenos migratórios, no que se refere aos temas de moradia e desenvolvimento urbano.

4. Incluir a cooperação internacional, tanto bilateral como multilateral como uma forma de abordar os problemas dos migrantes.

5. Incrementar os esforços para o fortalecimento das estratégias que permitam elevar as políticas habitacionais ao máximo nível institucional dentro das estruturas próprias de cada país e dar-lhes orçamento suficiente e estável, reconhecendo a responsabilidade do Estado neste processo.

6 de outubro de 2006

SETORIAL: SEGURANÇA SOCIAL

2006

CONFERÊNCIA: CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE MINISTROS E
MÁXIMOS RESPONSÁVEIS DE SEGURANÇA SOCIAL

SECRETARIA PRO TEMPORE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL DO URUGUAI

CONTATO:	Susan Weissel	ENDEREÇO:	Juncal 1511
E-MAIL:	sweissel@adinet.com.uy		Montevideo
TELEFONE:	(598-2) 916 2681		Uruguay
FAX:	(598-2) 916 2708		

SECRETARIA TÉCNICA: OISS - ORGANIZAÇÃO IBERO-AMERICANA DE SEGURANÇA SOCIAL

CONTATO:	Adolfo Jiménez Fernández	WEBSITE:	www.oiss.org
CARGO:	Secretario General	ENDEREÇO:	Velázquez, 105-1º
E-MAIL:	sec.general@oiss.org		Madrid 28006
TELEFONE:	(34-91) 561 1747 / 1955		España
FAX:	(34-91) 564 5633		

SECRETARIA-GERAL IBERO-AMERICANA - SEGIB

CONTATO:	Leonor Esguerra Portocarrero	WEBSITE:	www.segib.org
CARGO:	Subdiretora, Divisão de Reuniões Ministeriais Setoriais	ENDEREÇO:	Paseo de Recoletos, 8
E-MAIL:	lesguerra@segib.org		Madrid 28001
TELEFONE:	(34-91) 590 1980 / 1995		Espanha
FAX:	(34-91) 590 1982		

REUNIÕES RECENTES

2006 REUNIÃO DE CARÁTER TÉCNICO, MONTEVIDÉU, URUGUAI, 9-10 OUTUBRO

2005 V CONFERÊNCIA, SEGOVIA, ESPANHA, 8-9 SETEMBRO

ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO ASSOCIADAS
ÁREA RESPONSÁVEL SEGIB: DIVISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

CONVÊNIO IBERO-AMERICANO DE SEGURANÇA SOCIAL

Em processo de elaboração

MENÇÕES NA DECLARAÇÃO DA XVI CÚPULA

Não há menção na Declaração propriamente dita, mas no Compromisso sobre Migrações e Desenvolvimento, que dela faz parte e que foi firmado durante a Cúpula, os Chefes de Estado e de Governo decidem "Adotar as medidas necessárias para a pronta e adequada entrada em vigor do Convênio Ibero-Americano de Previdência Social e fomentar acordos nesta matéria, com o objetivo de que os migrantes possam gozar, nos seus países de origem, dos benefícios gerados pelo seu trabalho nos países receptores." (Parágrafo 25., alínea k)

OBSERVAÇÕES

Esta setorial, que em 2006 teve caráter técnico, analisou e discutiu, com um alto nível de consenso, anteprojeto de Convênio Multilateral Ibero-Americano de Segurança Social, remetido previamente aos Ministros/Máximos Responsáveis de Segurança Social. O procedimento continua, com a inclusão de alterações e novo período de consulta para pronunciamento dos países. Sua apresentação definitiva está prevista para a Cúpula de Santiago do Chile, em 2007, com prévia aprovação na VI Conferência de Segurança Social, a realizar-se também em Santiago do Chile, no mês de julho.

Técnica de Segurança Social

REUNIÃO TÉCNICA DE SEGURANÇA SOCIAL

Montevideu, 10 e 11 de outubro de 2006

Tradução não oficial

Reunidos em Montevideu (Uruguai), nos dias 10 e 11 de outubro de 2006, no âmbito dos encontros setoriais prévios à XVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, os representantes dos Ministros/Máximos Responsáveis da Segurança Social da Ibero-América relacionados no Anexo I;

CONSIDERANDO

1. Que o ponto 7 da Declaração Final da Cúpula de Salamanca (Espanha) expressa que as migrações envolvem de forma intensa, diversa e complexa, todas as sociedades por suas conseqüências na configuração política, econômica, social e cultural das mesmas, razão pela qual se considera conveniente a criação de um marco normativo ibero-americano com o fim de canalizar adequadamente os fluxos migratórios.

2. Que a XV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo acordou, de acordo com o artigo 17 da sua Declaração Final, “... *Iniciar o processo de elaboração de um Convênio Ibero-Americano de Segurança Social dos trabalhadores migrantes e suas famílias*”.

3. Que, no mesmo sentido, a V Conferência Ibero-Americana de Ministros/Máximos Responsáveis de Segurança Social, reunida em Segovia (Espanha), nos dias 8 e 9 de setembro, estabeleceu as linhas gerais e os prin-

cípios que deverão ser respeitados pelo futuro Convênio Ibero-Americano de Segurança Social.

4. Que, igualmente, o acordo terceiro do Documento Final da reunião de Segovia solicitava, no processo de elaboração do Convênio, o apoio da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e da Organização Ibero-Americana de Segurança Social (OISS), com a participação de outros organismos internacionais.

5. Que, com base nestes, a OISS elaborou um primeiro documento, denominado “*Anteprojeto de Convênio Ibero-Americano de Segurança Social. Aspectos prévios*”, que propunha uma série de questões que requeriam um pronunciamento por parte dos países antes de elaborar a redação de um texto articulado de Convênio. Este documento foi apresentado aos representantes de 16 países ibero-americanos em fevereiro de 2006 e remetido às autoridades dos 22 países da Comunidade Ibero-Americana de Nações em março e julho do mesmo ano, com o fim de colher as informações a esse respeito.

6. Que o acordo terceiro do Documento Final da reunião de Segovia contemplava, também, o mandato de convocar uma primeira Reunião Técnica referente ao projeto de Convênio no ano 2006.

7. Que, em cumprimento do mencionado mandato, o Governo do Uruguai que ostenta a Secretaria Pro Tempore da XVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo convocou a presente Reunião Técnica.

8. Que na presente Reunião se analisou e debateu a Redação Preliminar do Convênio Multilateral Ibero-Americano de Segurança Social, remetido previamente aos Ministros/Máximos Responsáveis de Seguridade Social e elaborado pela OISS, em função dos comentários e sugestões dos distintos países ao documento de “*Aspectos Prévios*” anteriormente mencionado.

Declararam

I. Que os participantes da Reunião Técnica constatarem importantes avanços na elaboração do Convênio Multilateral Ibero-Americano de Segurança Social.

II. Que a Redação Preliminar do Convênio analisada durante a reunião recolhe fielmente as linhas e princípios estabelecidos pelo Documento Final da V Conferência Ibero-Americana de Ministros/Máximos Responsáveis de Seguridade Social.

III. Que no decorrer da Reunião alcançou-se um elevado nível de consenso técnico em torno das diferentes questões propostas no tocante ao conteúdo da Redação Preliminar objeto de análise.

IV. Que, não obstante o anteriormente mencionado, os participantes da Reunião Técnica consideraram necessário abrir um período de consulta mais amplo, no qual os diferentes países possam fazer chegar por escrito suas observações e sugestões ao texto proposto.

V. Que solicitam à Organização Ibero-Americana de Segurança Social que recolha tais observações e sugestões e, com base nas mesmas, e dentro do menor prazo possível, a elaboração de um novo texto que deverá ser novamente remetido para consideração por parte dos Estados.

Montevideu, 11 de outubro de 2006